

JORNAL DO NOTÁRIO

Ano XXV Nº 218
NOV/DEZ - 2023

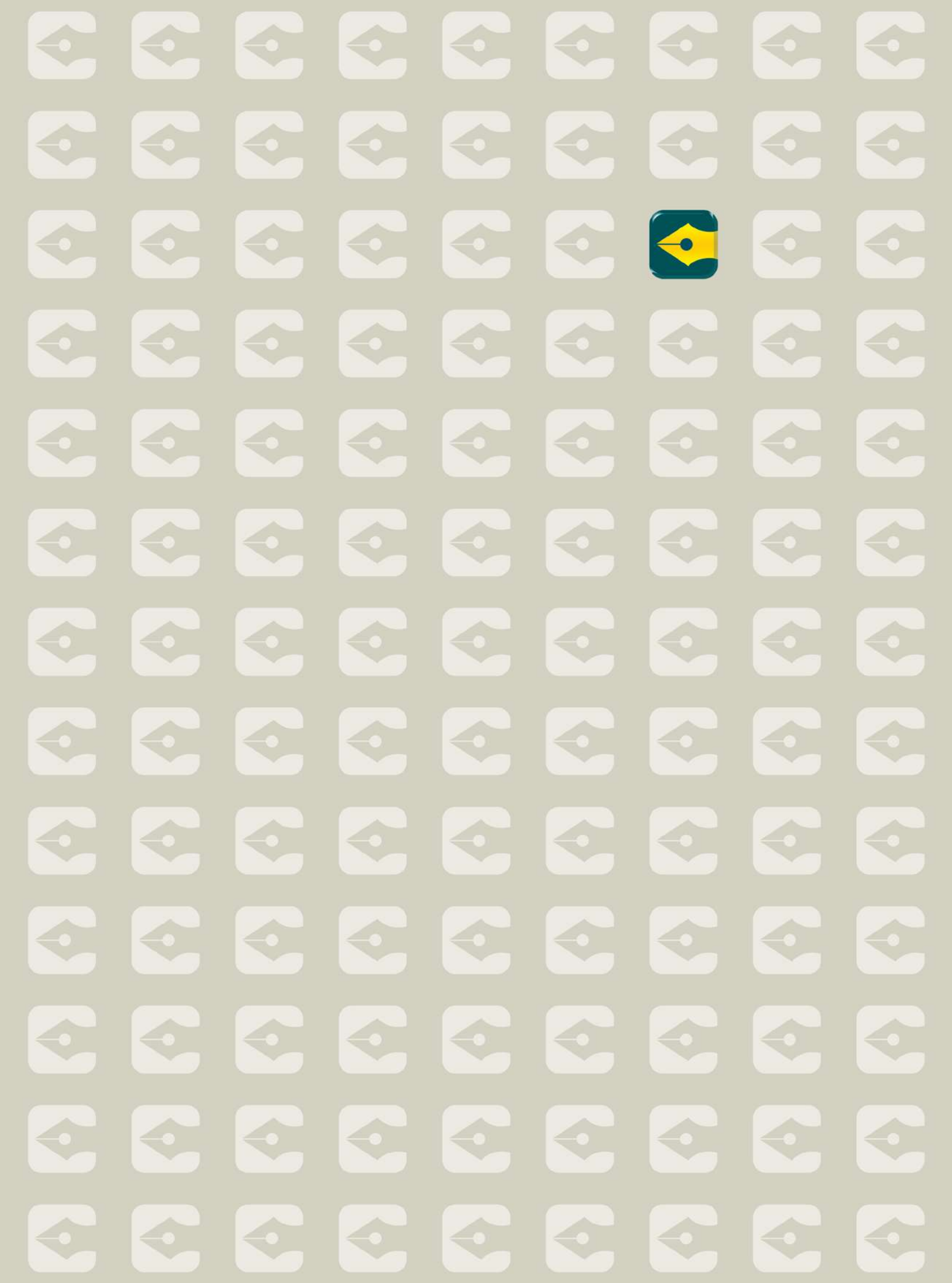


Colégio Notarial
do Brasil
Seção São Paulo

Retrospectiva 2023

Relembre os
acontecimentos que marcaram
o notariado neste ano







caríssimos colegas,

O final do ano é sempre uma ótima oportunidade para lembrar as conquistas e refletir sobre os desafios que nos foram impostos em diversas ocasiões.

Por conta disso, o **Jornal do Notário** faz uma retrospectiva de todas as atividades desenvolvidas pelo CNB/SP e pela classe ao longo de 2023.

Aproveito esse espaço trazer uma mensagem de agradecimento pela união do notariado paulista nas inúmeras realizações ao longo do ano: a Lei nº 14.382/2022 na atividade notarial; Comissões Internacionais da UINL; Treinamento contra fraude em Santos; Seminário Nacional sobre Adjudicação Compulsória Extrajudicial em São Paulo; audiência pública na Alesp sobre democratização na moradia; XXII Congresso Paulista de Direito Notarial em Campos do Jordão, I Jornada Notarial da Família; Coquetel dos aprovados no 12º Concurso; entre outros.

Compartilho com os colegas a minha

2024: esperança e um novo futuro

reflexão de que, antes de assumir a presidência do CNB/SP por quatro anos, não imaginava o quão recompensador seria testemunhar o florescimento de tantos projetos e os benefícios que trariam para toda a categoria.

Nesta edição do **Jornal do Notário**, ainda, os senhores poderão acompanhar matérias sobre a assinatura do contrato para a criação da biblioteca Zeno Veloso, o lançamento do curso Direito Notarial com o professor Simão, o prêmio PQTA 2023, o novo Conselho Superior da Magistratura (biênio 2024/2025), além de uma entrevista exclusiva com o Defensor Público-Geral: Florisvaldo Fiorentino.

Expresso minha gratidão a todos os colegas, amigos, autoridades e colaboradores que dedicaram esforços incansáveis em prol da excelência nessa atividade. Sem dúvida, o próximo ano promete ser ainda mais produtivo! Desejo a todos um Feliz Natal e que 2024 nos reserve grandes conquistas!

Obrigado a todos.



Daniel Paes de Almeida
Presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP)

Conta Gotas

Notas, comunicados e resoluções
para o dia a dia dos notários

6

Destaque

CNB/SP recebe legado para
criação da Biblioteca Zeno Veloso

8

Retrospectiva 2023

**Relembre os
acontecimentos que marcaram
o notariado neste ano**

Capa pág. 14





Destaque

CNB/SP lança curso Direito Notarial com o professor Simão 9

Destaque

PQTA 2023 premia cartórios de São Paulo 10



Destaque

Eleito Conselho Superior da Magistratura biênio 2024/2025 12



Perfil

Conheça o Defensor Público-Geral: Florisvaldo Fiorentino 22

Capacite-se

Conheça os cursos do CNB/SP 37

Jurisprudência

Decisões em destaque 38

CNB na Mídia

Antecipação na doação em vida de bens a herdeiros é destaque na imprensa paulista 40

Recicle-se

Mel: ouro líquido ou manjar dos deuses? 42

Em Equilíbrio

Comece o ano novo na paz com estes 5 destinos turísticos 44

+ Cartórios

Inovação e segurança 46

+ Cultura

Sugestões de leituras e eventos culturais 47

COLUMNISTAS

Ponto de Vista

Por Olivar Vitale 24

Ponto de Vista

Por Fernanda Rocha 26

Ponto de Vista

Por Tiago de Lima Almeida 28

Ponto de Vista

Por Gilberto Cavicchioli 30

AC Notarial

Por Talita Franco 32

Ponto de Vista

Por Joelson Sell 33

QualiNotas

Por Talita Caldas 34

Tira Dúvidas

Por Rafael Depieri 35

SOS Português

Por Renata Carone Sborgia 36



O **Jornal do Notário** é uma publicação bimestral do Colégio Notarial do Brasil - Seção de São Paulo (CNB/SP), voltada para os profissionais dos serviços notariais e registrais do País, juizes, advogados e demais operadores do Direito.

O CNB/SP não se responsabiliza pelos artigos publicados na revista, cuja opinião expressa somente as ideias de seus respectivos autores.

É proibida a reprodução total ou parcial dos textos sem autorização do CNB/SP.

Endereço:

Rua Bela Cintra, 746 - 11º andar
CEP 01415-000 São Paulo/ SP
Fone: (11) 3122-6277

Site:

www.cnbsp.org.br

Presidente:

Daniel Paes de Almeida

Comitê de Comunicação CNB/SP:

Andrey Guimarães Duarte,
Ana Paula Frontini,
Carlos Brasil Chaves
e Rafael Depieri

Coordenação/edição:

Flávia Teles

Redação:

Alexandre Lacerda, Flávia Teles
e Ingrid Koike

Jornalista responsável:

Flávia Teles (MTB 0075480/SP)

Projeto gráfico e editoração:

Mister White

Impressão:

Pancrom

Tiragem:

3.300

Fechamento editorial:

19 de dezembro de 2023

Colabore conosco, enviando suas sugestões, críticas ou notícias para o e-mail: comunicacao@cnbsp.org.br



Não jogue esse impresso em via pública

Representantes de entidades notariais são recebidos pelo Corregedor Nacional de Justiça

O Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, recebeu no dia 7 de novembro visita de cortesia de representantes de entidades notariais. O grupo, liderado pelo presidente da União Internacional do Notariado (UINL), Lionel Galliez, e pela presidente do Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil, Giselle Oliveira de Barros, informou sobre a realização do Encontro Mundial do Notariado e do Congresso Notarial Brasileiro. Os dois eventos reuniram representantes de 91 países em Brasília, dos dias 6 a 10 de novembro.

Capacitação apresentou ferramenta de correção online de atividade de protesto de títulos

A Corregedoria Nacional de Justiça promoveu em outubro capacitação com representantes das corregedorias dos tribunais para apresentação do módulo de correção online da Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos (Cenprot). Os módulos de correção on-line possibilitam realizar, de maneira remota, a fiscalização, a inspeção e o acompanhamento do desempenho dos serviços prestados por serventias notariais e registrais em todo país.

Transações com imóveis acima de 25 hectares exigem georreferenciamento

Desde o dia 20 de novembro de 2023, proprietários de imóveis rurais com área igual ou acima de 25 hectares que querem fazer qualquer tipo de transação imobiliária envolvendo as terras precisam providenciar o georreferenciamento dos imóveis. Antes, a exigência legal (Decreto nº 4.449/2002) era só para aqueles acima de 100 hectares.

Daniela Teixeira, Teodoro Santos e Afrânio Vilela tomam posse no STJ

No dia 22 de novembro, Daniela Teixeira, Teodoro Silva Santos e Afrânio Vilela foram empossados como ministros do STJ. A aprovação dos novos membros da Corte da Cidadania ocorreu no Senado em 25 de outubro, após uma sabatina na CCJ. A nomeação foi realizada pelo presidente Lula em 10 de novembro. A cerimônia contou com a presença do vice-presidente da República Geraldo Alckmin; da ministra Maria Thereza de Assis Moura; do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, e do presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, além de diversas personalidades do mundo jurídico e político.

Com vetos, Lula sanciona Marco Legal das Garantias

O presidente Lula sancionou no dia 31 de outubro o Marco Legal das Garantias. A Lei 14.711/23 aprimora regras de garantia, execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca e procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens em caso de inadimplemento de contrato. A norma permite que um bem seja dado como garantia em mais de uma proposta. Assim, havendo alienações fiduciárias sucessivas da propriedade superveniente, as anteriores terão prioridade em relação às posteriores na excussão da garantia. No caso de excussão do imóvel pelo credor fiduciário anterior com alienação a terceiros, os direitos dos credores fiduciários posteriores sub-rogam-se no preço obtido, cancelando-se os registros das respectivas alienações fiduciárias.

Dia Nacional do Notário e do Registrador – Ibdfam passa a contar com comissões especializadas

No último dia 18 de novembro, o Brasil celebrou o Dia Nacional do Notário e Registrador, data instituída pela Lei 11.630/2007, que celebra o trabalho prestado por profissionais presentes em cartórios de todo o país. O Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam) reconhece a importância dessas instituições e, a partir do biênio 2024-2025, passa a contar com duas comissões especializadas: a Comissão de Registros Públicos e a Comissão de Notários.



Gefe Explica lança novos vídeos sobre o ITCMD

A Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz/SP), por meio do Grupo de Educação Fiscal Estadual (Gefe/SP), lançou em dezembro 13 novos vídeos tutoriais com assuntos relacionados ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). No ar desde o início de novembro no YouTube, a série de vídeos tutoriais preparada pelo Gefe/SP para esclarecer as dúvidas sobre o ITCMD já passa de mais de 14.200 mil visualizações no canal da Escola de Governo do Estado de São Paulo (Egesp). A ação é coordenada pelo Centro de Educação Fiscal (CEF) da Egesp em parceria com a Unidade Gestora Centralizada do ITCMD (UGC-ITCMD). O objetivo é auxiliar todos os cidadãos que precisam entender o que é o imposto, quando ele é devido e o que é preciso fazer para estar em conformidade com as exigências do Fisco.



Resolução do CNJ sobre famílias homoafetivas reforça garantia constitucional

A resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que visa regulamentar a adoção, a guarda e tutela de crianças e adolescentes por casal ou família monoparental, homoafetiva ou transgênera é benéfica e reforça a defesa do mandamento constitucional da dignidade da pessoa humana. Essa é a opinião da maioria dos especialistas em Direito de Família consultados pela revista eletrônica Consultor Jurídico.



Treinamento de notários e registradores impacta na identificação de operações suspeitas

Especialistas debateram no dia 7 de novembro desafios e caminhos possíveis para que o Brasil possa unir forças no combate ao financiamento de organizações criminosas e até do terrorismo internacional. Por meio de convite da Corregedoria Nacional de Justiça, conselheiros, notários, promotores, registradores, juízes e membros do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) estiveram reunidos em torno de possíveis sugestões para o aprimoramento do Provimento n. 88/2019, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos cartórios visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

CNB/SP recebe legado para criação da Biblioteca Zeno Veloso

Professor de Direito da FDUSP, José Fernando Simão, doa acervo jurídico de enorme valor histórico que até então estava sob seus cuidados



No dia 13 de novembro, foi assinado no Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) o contrato de criação da biblioteca pública Zeno Veloso. Na ocasião, o professor de Direito da FDUSP, José Fernando Simão, que até então era proprietário do acervo jurídico de enorme valor histórico (originalmente do tabelião e jurista Zeno Veloso), foi ao encontro do presidente do CNB/SP, Daniel Paes de Almeida, da diretora do CNB/SP, Ana Paula Frontini, e da presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros para a assinatura do documento que firmou a doação do acervo.

A presidente do CNB/PA, Larissa Ferreira Rosso Nelson, e representantes do 12º Tabelionato de Notas da Capital, também prestigiaram o evento e realizaram pronunciamentos sobre a importância histórica daquele momento para os tabeliães brasileiros.

“Poder ter o professor Simão que sempre

foi uma referência para mim como aluno, tabelião e profissional – apadrinhar esse momento, para o CNB/SP, é uma grande honra e para mim uma grande emoção. Agradeço principalmente ao Zeno Veloso por estar podendo viver esta memória”, afirmou o presidente do CNB/SP, Daniel Paes de Almeida.

“Esse é um momento muito importante porque o professor Zeno é não só um pedaço do Pará, é um pedaço do Brasil. Ele não é só um tabelião, ele era um homem fantástico, de uma generosidade enorme – auxiliava aquele colega que ligava do distrito mais distante, do Marajó, que ligava para ele e ele tirava qualquer dúvida, com muito carinho. A biblioteca estar aberta ao público, poder ser consultada por todos... Tenho certeza que isso vai agradá-lo muito. Muito obrigada professor Simão, pela sua enorme generosidade em poder também auxiliar a nossa classe”, declarou a presidente do CNB/PA, Larissa Ferreira Rosso Nelson.

A presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros, também agradeceu muito a iniciativa do docente da Universidade de São Paulo. “Para nós, tabeliães do Brasil todo, é uma honra estar recebendo a biblioteca do Zeno Veloso. Espero que possamos honrar essa confiança e honrar o nome de quem foi este grande tabelião e jurista”, disse.

“Quando a gente pensa em ter a biblioteca do Zeno Veloso para uma pessoa só, é extremamente injusto, porque o Zeno é muito maior do que o Brasil, do que Portugal – quando ele chegou a Portugal ele dominou Portugal. Então ter os livros do Zeno numa sala somente para o meu deleite, meu acesso, é um ato que o Zeno certamente não gostaria para os seus próprios livros”, explicou o professor José Fernando Simão.

Para acompanhar mais detalhes, acesse o vídeo completo no Instagram do CNB/SP: [@cnbsp](https://www.instagram.com/cnbsp).

CNB/SP lança curso

Direito Notarial com o professor Simão

Os módulos do curso são compostos por aulas teóricas com o professor da FDUSP, debate com tabeliães convidados e encontros ao vivo para esclarecimento de dúvidas



Em parceria com o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), José Fernando Simão, os módulos do curso serão compostos por aulas teóricas com o professor, debate com tabeliães convidados e ainda encontros ao vivo para esclarecimento de dúvidas, reunindo os aspectos práticos dos desafios diários dos tabelionatos e os aspectos doutrinários ministrados pelo professor Simão.

No módulo inaugural do curso o professor convida a presidente do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), Giselle Oliveira de Barros, para dialogar a respeito da Capacidade Civil do tabelião(ã).

Para o docente, tratar de Direito Notarial é sempre uma grande alegria. “Em relação aos temas, escolhemos aqueles que acreditamos serem os principais, os essenciais na vida notarial. Como todo curso deve ser, começamos pelo começo e tratamos daqueles temas básicos e com muita ocorrência na vida prática: capacidade civil e responsabilidade civil do tabelião. Agora, vamos avançar e tratar de outras importantíssimas temáticas, como o novo marco legal das garantias e a adjudicação compulsória extrajudicial”, explicou.

Toda aula do curso se divide em duas etapas: uma aula teórica ministrada pelo

professor seguida de um bate-papo com um tabelião convidado. “Essa segunda parte das aulas tem sido profundamente prazerosa de ser feita, tenho grandes amigos notários e a troca de experiência com eles no curso enriquece muito o debate e traz diversas visões sobre os temas. Em verdade, o tempo acaba voando, pois é como se estivéssemos na sala de visitas de nossas casas”, relata Simão.

CONTEÚDO

- Capacidade de direito e de fato
- Os relativamente incapazes
- Assistência ou Representação
- Atos nulos ou anuláveis? Arts. 166 e 171 do CC.
- O Estatuto da Pessoa com Deficiência
- Extensão da curatela patrimonial
- Testamento de pessoa com deficiência mental
- Tomada de decisão apoiada



OBJETIVO

O objetivo do curso é dialogar entre a doutrina e a linha de frente do Direito Notarial, o tabelionato. Reunindo os aspectos práticos dos desafios diários dos tabelionatos, através da perspectiva dos tabeliães convidados, e os aspectos doutrinários ministrados pelo professor Simão.

CERTIFICADO

Digital, disponibilizado dentro dessa plataforma após conclusão das aulas.

PROFESSORES

Professor de Direito Civil na USP (Largo São Francisco), José Fernando Simão, atua desde 2008 como livre-docente na mesma instituição em que se graduou, se tornou mestre e doutor. Simão também mantém uma forte atividade acadêmica em Portugal e, junto ao sócio Maurício Bunazar, possui o escritório Simão e Bunazar Advogados.

O segundo módulo, que trata de Responsabilidade Civil – no qual o professor convida o diretor do CNB/SP, Fernando Blasco, foi lançado durante a Black Week (27 de novembro a 4 de dezembro). José Fernando Simão ainda prospecta um grande futuro para o curso em 2024: “Já lançamos os dois primeiros módulos do curso (sendo o primeiro totalmente gratuito). No ano que vem, lançaremos os demais módulos. Já começamos a prepará-los e estou animado, pois sei que entregaremos um ótimo conteúdo e debates de alto nível com vários convidados. Espero que gostem das aulas e consigam aprender conosco. Todo vem acompanhado de um material em Power Point que pode ser usado para consulta posterior”.

PQTA 2023 premia cartórios de São Paulo

A premiação, que teve 10 notários vencedores no estado paulista, também contou com transmissão online, pelo canal do YouTube da Anoreg/BR



N

o dia 1º de dezembro, a Associação de Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR) premiou os melhores cartórios do Brasil na cerimônia de premiação nacional da 19ª edição do Prêmio de Qualidade Total Anoreg 2023 (PQTA), em Brasília. Este ano, foram 229 cartórios inscritos, sendo premiados 200 cartórios nas categorias Menção Honrosa, Bronze, Prata, Ouro e Diamante.

Para alcançar todos os oficiais do Brasil, que não puderam estar presente, a premiação também teve transmissão online através do canal do Youtube da Anoreg/BR. O evento contou com a participação do presidente da Associação de Notários e de Registradores do Brasil (Anoreg/BR) e da

Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR), Rogério Portugal Bacellar; da diretora de Qualidade e coordenadora do Prêmio de Qualidade da Anoreg/BR, Maria Aparecida Bianchin; da diretora da Apcer Brasil, Alessandra Gaspar Costa; do conselheiro da Apcer em Portugal, professor e doutor Carlos Brito, e do desembargador e corregedor-geral da Justiça de Mato Grosso (TJ/MT), Juvenal Pereira da Silva.

O PQTA 2023, que conta com o apoio da Confederação Nacional dos Notários e Registradores (CNR), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Apcer Brasil, tem como objetivo premiar os serviços notariais e de registro de todo o país que atendam aos requisitos de excelência e qualidade na gestão

organizacional da serventia e na prestação de serviços aos usuários.

Para dar início à cerimônia, Rogério Portugal Bacellar agradeceu a presença de todos, oficializando em seguida a abertura da 19ª edição do PQTA, e passou a palavra para o conselheiro da Apcer em Portugal, professor e doutor Carlos Brito, que fez um discurso inicial, onde enfatizou que “a qualidade total depende dos procedimentos, conformidade legal, treinamento, da capacitação, atendimento ao cliente, gestão de documentos, da auditoria e avaliação contínua, tudo isso em um quadro de inovação tecnológica, isso é a qualidade dos nossos serviços”.

Bacellar agradeceu a Apcer e disse que há

muitos anos escolheram a entidade, pois queriam uma auditoria independente onde a Anoreg/BR não tivesse nenhuma participação nas escolhas dos cartórios premiados. A Apcer possui participação fundamental no PQTA por ser a empresa responsável pela auditoria realizada nos cartórios. Sendo uma referência na área extrajudicial.

A diretora de Qualidade da Anoreg/BR, Maria Aparecida Bianchin, disse que tem um imenso orgulho e satisfação de celebrar o sucesso e a excelência dos cartórios premiados neste ano. “A conquista do PQTA não é apenas um reconhecimento de cada um com a excelência nos serviços notariais e de registro, mas também um testemunho da dedicação incansável em atender as

necessidades da sociedade com eficiência, transparência e segurança jurídica. Através deste prêmio, reconhecemos os esforços contínuos na melhoria dos processos, na capacitação de pessoal e na implementação de tecnologias inovadoras que têm contribuído significativamente no fortalecimento do setor notarial e registral no Brasil”, disse.

Impossibilitado de estar presente, o ministro do Superior Tribunal de Justiça e corregedor Nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, enviou um vídeo prestigiando o evento e os premiados da noite.

“A Corregedoria louva essas iniciativas como a que estamos assistindo e aproveita para agradecer aos notários e registradores das

mais de 13 mil serventias extrajudiciais de todo o país pela parceria desenvolvida nesses últimos anos. Sem dúvida, 2023 foi um ano de grandes desafios, também de grandes vitórias para o segmento extrajudicial brasileiro, que contribuiu de maneira decisiva para o sucesso das ações empreendidas pela Corregedoria Nacional de Justiça”, disse Salomão.

O ministro ainda lembrou ações realizadas durante o ano, como o Registra-se, que atendeu quase 11 mil pessoas; a Semana Nacional de Regularização Fundiária, com a premiação Solo Seguro, possibilitando mais de 30 mil entregas de títulos de propriedade dentro da Amazônia Legal; e a regulamentação do Serp.



PREMIAÇÕES

Neste ano, na categoria Menção Honrosa, duas serventias foram premiadas. Na Bronze, cinco cartórios foram premiados. Na categoria Prata, foram 20 serventias; na Ouro, 32, e na categoria Diamante, foram premiados 141 cartórios do país.

Cartórios de notas paulistas premiados

CATEGORIA DIAMANTE (6):

- 3º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Bauru;
- Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Ibaté;
- 22º Tabelião de Notas da Capital;
- 2º Tabelião de Notas da Capital;
- Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do 30º subdistrito – Ibirapuera;
- 1º Cartório de Notas e Protesto de São Carlos;

CATEGORIA OURO (3):

- 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Mogi Morim;
- Registro Civil e Tabelionato de Notas de Pereiras;
- Tabelionato de Notas e Protestos de Letras e Títulos da Comarca de Urânia;

CATEGORIA PRATA (1):

- Oficial de Registro Civil e Tabelião de Notas de Jumarim, Comarca de Tietê;

Para ver a lista completa dos premiados em 2023, entre no site www.cnbsp.org.br.

*Com informações retiradas do site da Anoreg/BR

Eleito Conselho Superior da Magistratura biênio 2024/2025

Resultado é anunciado no Palácio da Justiça, desembargador Francisco Eduardo Loureiro é eleito novo Corregedor-geral da Justiça

Foto: TJ/SP



Após segundo turno, os cargos de direção e cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo para o biênio 2024/2025 foram definidos no dia 8 de novembro, em eleição realizada por sistema on-line. Integrarão o Conselho Superior da Magistratura a partir de 2024:

Presidente: desembargador Fernando Antonio Torres Garcia

Vice-presidente: desembargador Artur Cesar Beretta da Silveira

Corregedor-geral da Justiça: desembargador Francisco Eduardo Loureiro

Presidente da Seção de Direito Privado: desembargador Heraldo de Oliveira Silva

Presidente da Seção de Direito Público: desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho

Presidente da Seção de Direito Criminal: desembargador Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha Filho

Também foi eleita a direção da Escola Paulista da Magistratura para o próximo biênio: desembargadores Gilson Delgado Miranda (diretor), Ricardo Cunha Chimenti (vice-diretor); Sérgio Seiji Shimura e Claudia Grieco Tabosa Pessoa (Seção de Direito Privado); Wanderley José Federighi e Flora Maria Nesi Tossi Silva (Seção de Direito Público); Guilherme de Souza Nucci e Alexandre Carvalho e Silva de Almeida (Seção de Direito Criminal); e juíza de entrância final Maria Rita Rebello Pinho Dias.

*informações retiradas de site do TJ/SP

Legado da esperança para milhares de crianças brasileiras

Estamos chegando ao final de mais um ano de importantes conquistas para a difusão do Legado Solidário no Brasil. Hoje, nós do UNICEF, gostaríamos de agradecer o apoio do Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo (CNB/SP) e aos cartórios de notas por levar informação ao público sobre o processo de doações em vida e em testamento.

Neste ano, esse movimento inspirou pessoas para se juntar ao UNICEF e a doar parte do seu patrimônio para garantir os direitos de milhões de crianças brasileiras. Pessoas como o Sr. Caio Cetelli, de 81 anos, morador de São Paulo, que por meio de uma escritura de doação, decidiu levar esperança para tantos meninos e meninas.

“Se a gente não pode promover a educação, o atendimento à saúde, a melhor maneira é contribuir com quem sabe fazer bem”, disse Caio, quando nos recebeu em uma visita em sua casa. Na ocasião, contamos as histórias de crianças e adolescentes que tiveram suas vidas transformadas por meio de nossas ações. E uma dessas histórias foi a da Maria Vitória, de 14 anos.

Maria Vitória vive com paralisia cerebral desde o nascimento e deixou de frequentar a escola por causa das dificuldades de locomoção. Quando foi encontrada pelo Busca Ativa Escolar (BAE), iniciativa do UNICEF, em 2019, na cidade de Itabaianinha, no estado de Sergipe, um novo e lindo capítulo começou a ser escrito em sua história.

O apoio do UNICEF ajudou para que ela ganhasse uma cadeira de rodas e um transporte individualizado, que a busca em casa, com acompanhamento de uma cuidadora no trajeto até a escola. “O que mais me deixa feliz é estudar”, contou ela, com sua expressão radiante, durante a nossa visita. Maria Vitória ainda reforçou que a sala de aula é seu lugar favorito.

No Brasil, 2 milhões de meninas e meninos de 11 a 19 anos deixaram a escola sem terminarem a educação básica. Esse dado alarmante foi apresentado por um estudo inédito lançado neste ano pelo IPEC para o UNICEF. É gigante a nossa felicidade ao ver como a Maria Vitória está bem, aprendendo, se desenvolvendo e fazendo planos para o futuro. No entanto, ainda há muito a ser feito. Milhares de outras crianças e adolescentes, com histórias semelhantes, ainda precisam de ajuda para terem esperança de uma vida melhor.

E o projeto **Legado Solidário** tem sido essa iniciativa que faz a diferença na vida de milhares de meninos e meninas, tanto em projetos de educação, como o BAE, assim como outros nas áreas de saúde, nutrição, proteção, água e saneamento.

Agradecemos por mais um ano de parceria com o CNB/SP e fazemos votos de boas festas e um excelente 2024 a todos os seus associados.



Retrospectiva 2023

Relembre os acontecimentos que marcaram o notariado neste ano



Diante dos significativos avanços conquistados ao longo de 2023, o *Jornal do Notário* apresenta, nesta última edição do ano, uma retrospectiva dos principais trabalhos realizados pelo Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) em prol da atividade notarial.

A Lei nº 14.382/2022 na atividade notarial; Comissões Internacionais da UINL; Treinamento contra fraude em Santos; Seminário

Nacional sobre Adjudicação Compulsória Extrajudicial em São Paulo; audiência pública na Alesp sobre democratização na moradia; XXII Congresso Paulista de Direito Notarial em Campos do Jordão, I Jornada Notarial da Família; Coquetel dos aprovados no 12º Concurso; entre outros.

O CNB/SP reconhece que 2023 foi um ano de importantes realizações para a atividade notarial e celebra a evolução da classe.



2023



A Lei nº 14.382/2022 na atividade notarial

No dia 26 de junho de 2022, o Governo Federal publicou a Lei nº 14.382. Após diversas alterações, a normativa que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) trouxe para os notários conquistas que demonstram, cada vez mais, a importância da atividade para garantir a segurança jurídica em diversas frentes.

Por isso, o Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) organizou em três grupos temáticos as novidades trazidas pelo texto final da referida lei: ata notarial no procedimento de adjudicação compulsória extrajudicial, extrato notarial e possibilidade de convênios dos notários com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas.

ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA EXTRAJUDICIAL

A Lei nº 14.382/2022 altera a Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos). O inciso III do §1º do artigo 216-B determinou que nos pedidos de adjudicação compulsória extrajudicial do imóvel, passasse a ser necessária a lavratura de ata notarial.

EXTRATO NOTARIAL

Com a Lei nº 14.382/2022, os extratos eletrônicos para registro ou averbação podem ser realizados no tabelionato de notas.

CONVÊNIOS

A Lei nº 14.382/2022 ainda inclui o § 5º no Art. 7º da Lei nº 8.935/1994, de forma que os notários passam a poder prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênios com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas.

A Lei nº 14.382/2022 na íntegra está disponível no site oficial do CNB/SP: www.cnbsp.org.br.



Notários brasileiros integram Comissões Internacionais da UINL

O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) apresentou candidatos selecionados para integrarem as Comissões de Trabalho da União Internacional do Notariado (UINL). Ao todo foram cinco representantes brasileiros que auxiliaram no desenvolvimento do notariado mundial e conduzindo a expertise da atividade extrajudicial do país, além de realizarem um importante papel como embaixadores nos desafios do Brasil e do mundo com as melhores práticas e soluções jurídicas em cada uma das 91 nações membros da UINL



CNB/SP prestigia entrega do Salva de Prata ao Grupo Prerrogativas na Câmara Municipal



No dia 6 de março, o Grupo Prerrogativas recebeu a Salva de Prata em cerimônia realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo. O Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) prestigiou a solenidade na figura do vice-presidente Andrey Guimarães Duarte, representando o presidente Daniel Paes de Almeida. A honraria, oferecida normalmente a instituições, organizações sociais, fundações ou entidades com destacados serviços prestados à cidade, foi outorgada pelo legislativo paulistano por iniciativa do vereador Paulo Reis (PT).

Treinamento contra fraude por meio de central notarial reúne delegados de polícia em Santos (SP)

No dia 20 de março, o Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) realizou em Santos (SP) o Workshop para Delegados da Polícia Civil de São Paulo, apresentando a Central de Atos Notariais Paulista (CANP)/ Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec) e o seu potencial para investigações criminais.

O evento, que reuniu mais de 60 delegados espectadores no Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), teve como objetivo instruir os agentes da lei acerca do combate às fraudes por meio do acesso aos atos notariais disponibilizados pelas centrais, de forma a contribuir para a manutenção da segurança pública.



Seminário Nacional debate a Adjudicação Compulsória Extrajudicial em São Paulo

Seminário Nacional debate a Adjudicação Compulsória Extrajudicial em São Paulo
Evento foi realizado para mais de 700 espectadores no Hotel Unique para explicar procedimento extrajudicial de regularização envolvendo imóveis quitados, mas não transferidos o dia 3 de março, mais de 700 pessoas, entre notários e registradores de todo o Brasil, especialistas do Direito e autoridades dos órgãos reguladores da atividade extrajudicial, participaram no Hotel Unique, em São Paulo, do Seminário Nacional de Adjudicação Compulsória Extrajudicial – novo procedimento de desjudicialização que permite que imóveis quitados, mas não transferidos, sejam regularizados pela via extrajudicial.



O evento, promovido pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), com apoio de todas as suas seccionais, ocorreu um dia após a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (CGJ/SP) publicar o Provimento nº 06/23, que normatizou o procedimento da adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão realizada pelo oficial de registro de imóveis em cuja circunscrição estiver situado o imóvel, ou maior parte dele.

Compuseram a mesa de abertura a presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros; o presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP), Daniel

Paes de Almeida; o presidente da Associação de Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), Rogério Portugal Bacellar; a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo (OAB/SP), Patrícia Vanzolini; o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Wellington Medeiros; o corregedor geral de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Fernando Torres Garcia; e o presidente da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp) e da Associação de Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR); George Takeda.

O primeiro painel do Seminário Nacional

de Adjudicação Compulsória Extrajudicial teve como foco os aspectos jurídicos da Lei Federal 14.382/22. O segundo painel do evento teve foco prático na elaboração da Ata Notarial, documento formalizado pelo notário e exigido para que o procedimento seja feito pela via extrajudicial.

O terceiro e último painel do Seminário Nacional de Adjudicação Compulsória Extrajudicial trouxe aos presentes algumas reflexões sobre os primeiros enunciados do tema. A diretora do CNB/CF, Ana Paula Frontini, coordenou os debates que reuniram notários, registradores imobiliários e a advocacia.

Brasil debate principais temas do notariado das Américas em Plenária da CAAM no Equador



Ao lado de outros 21 países das Américas e com uma ampla comitiva, o Brasil participou entre os dias 27 e 30 de maio, em Guayaquil, no Equador, da 109ª Sessão Plenária da Comissão de Assuntos Americanos (CAAM), em encontro que debateu os principais temas atuais da atividade notarial no continente e inaugurou os trabalhos da nova gestão da Comissão Internacional pelo período 2023-2025. Coordenada pelo vice-presidente do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), José Renato Villarnovo Garcia, a delegação brasileira participou de forma atuante nas Comissões de Trabalho da entidade e também da Plenária oficial, onde foram debatidas as ações que serão desenvolvidas em cada um dos grupos, assim como os informes de cada um dos países do continente americano.

CNB/SP disponibilizou materiais de apoio à implementação da LGPD

O Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) disponibilizou os materiais de apoio à implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para os Tabeliães de Notas do Estado de São Paulo.

O objetivo é amparar os titulares no processo de adequação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), de acordo com o Provimento nº 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A normativa representa o início de uma nova cultura de transparência centrada na pessoa física, na minimização do impacto e no aumento da segurança aplicada ao tratamento dos dados pessoais.

Esses materiais, que se dividem em “Manual de LGPD” (cartilha – .pdf), “Políticas de Prateleira” (documentos de adequação – .docx) e “Treinamento Geral” (vídeo .mp4) são resultado de um trabalho desenvolvido por este colegiado em conjunto com um escritório de advocacia especializado no tema, onde, seguindo cronograma de implementação, foi apresentado um resultado de alta qualidade e credibilidade.

CNB/SP publica materiais de apoio à implementação da LGPD

Adeque-se já à Lei nº 13.709/2018 (LGPD) com o auxílio de nosso manual, documentos customizáveis e vídeo de treinamento! Faça o download pelo [link na descrição](#).



ID	Área	Processo	Responsável	Proteção de Dados
6	Administrativa / Operacional	Publicação de Notas de Protesto	Operador	[Nota contém estrutura sensível]
7	Administrativa / Operacional	Catálogo para emissão de matrícula	Controlador	[Nota contém estrutura sensível]
8	Administrativa / Operacional	Faturamento de Notas	Controlador	[Nota contém estrutura sensível]
9	Judicial	Condição: Oficial Público - Exercício Prático	Controlador	[Nota contém estrutura sensível]
10	Judicial	Condição: Promotor - Prática	Controlador	[Nota contém estrutura sensível]
11	Judicial	Condição: Promotor - Prática	Controlador	[Nota contém estrutura sensível]

Colégio Notarial destaca democratização da moradia em audiência pública na Alesp

No dia 18 de maio, o auditório Teotônio Vilela, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), recebeu a audiência pública “Os Desafios Regionais

do Novo Programa Minha Casa Minha Vida – Medida Provisória 1.162/23”, que recria o programa habitacional. O deputado estadual Rafael Saraiva (União),

presidente da Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana da Alesp, solicitou o encontro, que contou com a presença do relator da MP, deputado Federal Fernando Marangoni (União).



Representando o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), o presidente da seccional de São Paulo Daniel Paes de Almeida participou da audiência ao lado do consultor jurídico da entidade paulista, Wilson Levy. Após agradecer a deferência com que o deputado Marangoni vem tratando a atividade notarial nos debates sobre o tema, Daniel destacou o papel dos tabeliães para a efetivação da Medida Provisória 1.162/23.

XXII Congresso Paulista de Direito Notarial reúne notários de todo o estado em Campos do Jordão

O Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) realizou na cidade de Campos do Jordão, interior de São Paulo, nos dias 19 e 20 de maio, com o apoio do Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF), o XXII Congresso Paulista de Direito Notarial. O evento reuniu mais de 250 tabeliães e prepostos de tabelionatos paulistas para debater temas atuais da atividade notarial e acompanhar o lançamento e assinatura do projeto do correspondente imobiliário, iniciativa pioneira do notariado paulista, autorizada pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado.



Coube ao presidente da seccional de São Paulo, Daniel Paes de Almeida, anunciar a grande novidade paulista, destacando que a atuação dos tabeliães como Correspondente Imobiliário Notarial é a retomada de uma atuação inerente à história centenária da atividade notarial brasileira.

“Esta decisão, histórica e vanguardista permitiu a esta diretoria do Colégio Notarial fazer a entrega de um serviço que é o início de um grande movimento para devolver aos notários brasileiros o protagonismo no mercado imobiliário”, pontuou o presidente do CNB/SP. “E isso não poderia nascer em outro lugar, que não aqui, com esta decisão da Corregedoria Geral da Justiça que permitirá que a segurança jurídica volte a estes contratos imobiliários”, afirmou.

Paineis

• **“Correspondente Imobiliário Notarial”:** contou com o Juiz de Direito Assessor da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo (CGJ/SP), Josué Modesto Passos, responsável pela emissão do Parecer CGJ nº 140/2023-E; com o presidente do CNB/SP, Daniel Paes de Almeida; com o gerente do Departamento de Correspondente Bancário do Bradesco, Elder Carlos de Carvalho; pela diretora do CNB/SP, Ana Paula Frontini, e pelo assessor jurídico do CNB/SP, Rafael Vitelli Depieri.

• **“O Papel do Notário nas Transações Imobiliárias”:** contou com a participação do advogado e diretor da pós-graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis na Uninove, Wilson Levy; do juiz titular da 2ª VRP/SP, Marcelo Benacchio; do vice-presidente do CNB/SP, Andrey Guimarães Duarte, e da presidente da Comissão de Direito Notarial e de Registros da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB/SP), Rachel Ximenes.

• **“Adjudicação Compulsória”:** participaram os debatedores Francisco Loureiro, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP); o 1º Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Jundiaí/SP, Leonardo Brandelli; o coordenador da Comissão de Direito Notarial e Registral do Ibradim, Alexandre Laizo Clápis; e o vice-presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP), Carlos Fernando Brasil Chaves.

• **“Extrato Notarial”:** participaram o diretor do CNB/SP e 27º Tabelião de Notas de São Paulo, Alexandre Kassama; o advogado e vice-presidente do Ibradim, Alexandre Gomide; o diretor do CNB/SP e 30º Tabelião de Notas de São Paulo, Fernando Blasco; e o vice-presidente da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp), Frederico Assad.

Entidades extrajudiciais paulistas promovem Coquetel de Confraternização com aprovados do 12º Concurso Público de SP

No dia 5 de outubro, os candidatos aprovados no 12º Concurso Público de Provas e Títulos de São Paulo receberam das entidades extrajudiciais paulistas uma noite de muita celebração. Após participarem da Sessão de Escolha durante o período da manhã e tarde, os novos delegatários se reuniram na CasatuaBr, no Jardim Paulista, para comemorarem o ingresso na atividade extrajudicial.

O Coquetel de Confraternização foi promovido pela Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (Anoreg/SP), a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp), a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen/ SP), o Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP), o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção São Paulo (IEPTB/SP) e o Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (Sinoreg/SP).

Em clima leve e de descontração, o Coquetel de Confraternização contou com a presença de membros do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, diretores e presidentes de associações extrajudiciais paulistas, além, claro, dos novos titulares.



I Jornada Notarial da Família reúne cartórios do estado para esclarecer dúvidas e auxiliar a população



Primeira edição do evento engajou tabeliães, escreventes e auxiliares de diversas cidades em prol da informação. I Jornada Notarial da Família reúne cartórios do estado para esclarecer dúvidas e auxiliar a população o dia 30 de setembro, ocorreu a primeira edição da Jornada Notarial da Família no estado de São Paulo e também em todo o território nacional. O evento que ocorreu na capital, no Conjunto Nacional, foi coordenado e organizado pelo Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) em parceria com o Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF) e o apoio da União Internacional do Notariado (UINL).

O objetivo foi oferecer orientação jurídica gratuita às comunidades locais, beneficiando centenas de pessoas em diversas regiões do estado de São Paulo e do Brasil. Atendimentos “tira-dúvidas”, visitas técnicas, panfletagens, palestras especiais e encontros com advogados e estudantes foram algumas das diversas atividades realizadas.

Certificados Digitais e-Notariado também foram emitidos a fim de prover garantia de segurança jurídica online, além de instruções de como fomentar a inclusão digital de cidadãos e profissionais do Direito e do Mercado Imobiliário.

Os notários e escreventes dos tabelionatos de notas estiveram disponíveis para oferecer atendimento pessoal e gratuito, com foco em orientar a população sobre a segurança jurídica proporcionada pelos atos notariais no contexto familiar.

Conheça o Defensor Público-Geral: Florisvaldo Fiorentino

O

Defensor Público Geral, Florisvaldo Fiorentino, ingressou na Defensoria Pública de São Paulo em 2007. Desde então, atuou no município de Bauru/SP, nas áreas criminal e infância e juventude. Nos anos de 2016-2020 exerceu o cargo de Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, que tem essencialmente as funções de auxiliar o Defensor Público-Geral nos assuntos de interesse institucional, bem como coordenar as unidades da Defensoria que se situam no interior do Estado. Desde maio de 2020, ocupa o cargo de Defensor Público-Geral do Estado, tendo sido eleito e nomeado pelo governador para os biênios 2020-2022 e 2022-2024. Em junho de 2020 assumiu a posição de secretário adjunto no Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) e, de junho de 2022 a junho de 2023, ocupou a presidência desse colegiado. Em entrevista exclusiva ao **Jornal do Notário**, Florisvaldo Fiorentino, discorreu sobre os serviços notariais mais necessários para a população no dia a dia, explicou o papel da Defensoria Pública na promoção da regularização documental e na garantia de que todos tenham acesso a serviços notariais e opina sobre as perspectivas futuras da Defensoria Pública em relação aos cartórios de notas. “A digitalização dos serviços notariais tem desburocratizado o atendimento da Defensoria Pública, possibilitando a realização de pedidos de certidão e consultas de forma rápida e eficaz, tal como nos casos de consultas sobre existência de testamento público junto ao Colégio Notarial”, pontuou. “A tecnologia é ferramenta com grande potencial de transformação social e, em nosso microcosmo, de efetivação de um acesso à justiça integral que possa aliar elementos de maior capilarização dos serviços”. Leia ao lado a entrevista na íntegra:



Jornal do Notário: O senhor poderia nos traçar um breve relato sobre a sua trajetória profissional?

Florisvaldo Fiorentino: Sou formado desde 2004, pela Faculdade de Direito de Bauru. Exerci a advocacia até maio de 2007, quando ingressei na Defensoria Pública de São Paulo. Atuei no município de Bauru/SP, nas áreas criminal e infância e juventude. Nos anos de 2016-2020 exerci o cargo de Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, que tem essencialmente as funções de auxiliar o Defensor Público-Geral nos assuntos de interesse institucional, bem como coordenar as unidades da Defensoria que se situam no interior do Estado. Ocupo atualmente o cargo de Defensor Público-Geral do Estado desde maio de 2020, tendo sido eleito e nomeado pelo governador para os biênios 2020-2022 e 2022-2024. Em junho de 2020 assumi a posição de secretário adjunto no Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) e, de junho de 2022 a junho de 2023, ocupei a presidência desse colegiado.

Jornal do Notário: No âmbito da Defensoria Pública, quais são os serviços notariais mais necessários para a população no dia a dia?

Florisvaldo Fiorentino: Os serviços notariais são de grande relevância, no âmbito da Defensoria Pública, para que a população vulnerável exercite cotidianamente seus direitos. Por meio desses serviços é possível dar vazão às demandas extrajudicialmente, de forma célere e com adequada eficiência, como nos casos de união estável, divórcio, usucapião e inventário. Isso sem olvidarmos que os serviços notariais são fundamentais para que grande parcela da população tenha acesso a certidões que são instrumentos para finalidade probatória de um direito que, em muitas das vezes, será levado pela Defensoria para um processo judicial.

Jornal do Notário: Considerando a importância dos atos notariais na vida dos cidadãos, qual é o papel da Defensoria Pública na promoção da regularização documental e na garantia de que todos tenham acesso a serviços notariais?

Florisvaldo Fiorentino: A Defensoria Pública oferece às pessoas necessitadas, de forma integral e gratuita, orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial,

dos direitos individuais e coletivos.

Com intuito de cumprir seu papel definido pelo art. 134 da Constituição Federal, como forma de prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias, deve zelar precipuamente por aquelas orientações e atuações concretas que pautem a essencialidade de que os usuários promovam regularização documental, a fim de que lhes seja viabilizado exercício pleno da cidadania.

Cabe à Defensoria Pública dar concretude às orientações também através de parcerias com entidades notariais, para que a população tenha pleno e integral acesso aos seus serviços, fundamentais para o pleno exercício de direitos.

Jornal do Notário: Como os serviços notariais têm atuado como desburocratizador dos serviços da Defensoria Pública?

Florisvaldo Fiorentino: A digitalização dos serviços notariais tem desburocratizado o atendimento da Defensoria Pública, possibilitando a realização de pedidos de certidão e consultas de forma rápida e eficaz, tal como nos casos de consultas sobre existência de testamento público junto ao Colégio Notarial - em que, inclusive, é concedida gratuidade mediante juntada de documento expedido pela Defensoria Pública.

Existem também acordos de cooperação celebrados entre a Defensoria Pública e alguns serviços notariais e de registro - tais como com a Associação dos Registradores Mobiliários do Estado de São Paulo (Arisp), o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção São Paulo (IEPTB/SP) e a CDT - Central de Estudos de Títulos e Documentos da Capital de São Paulo -, que são essenciais e auxiliam na prestação da assistência jurídica integral e gratuita à população.

Jornal do Notário: Como a Defensoria Pública tem buscado colaborar com o setor de cartórios para aprimorar o atendimento à população e garantir a eficácia dos serviços, especialmente em termos de agilidade e transparência nos processos?

Florisvaldo Fiorentino: A Defensoria Pública busca, de forma constante, aprimorar o atendimento à população e garantir a eficácia de seus serviços. O atendimento envolve a educação em direitos e a prestação de orien-

tação jurídica sobre temas afetos ao setor de cartórios, conscientizando a população sobre vias extrajudiciais para solução dos litígios.

A atuação em colaboração com o setor de cartórios permite mais agilidade e transparência na condução dos processos e na solução de litígios, conferindo segurança e assegurando os direitos dos envolvidos.

Jornal do Notário: Considerando as mudanças sociais e tecnológicas, quais são as perspectivas futuras da Defensoria Pública em relação aos cartórios de notas?

Florisvaldo Fiorentino: De um modo geral, as mudanças sociais e tecnológicas ganharam grande importância no planejamento das instituições, sejam elas públicas ou delegatárias. Não há dúvida de que a tecnologia é ferramenta com grande potencial de transformação social e, em nosso microcosmo, de efetivação de um acesso à justiça integral que possa aliar elementos de maior capilarização dos serviços, qualidade na sua prestação e maior eficiência, através da otimização de tempo e de custos, não só para as instituições, mas principalmente para o usuário do serviço.

A Defensoria Pública de São Paulo vive uma etapa dentro de um projeto denominado "Defensoria Digital", que busca através de iniciativas de multicanalidade ampliar e integrar as diversas formas digitais que a instituição pode prestar atendimento à população, com grandes avanços em transparência.

Outra vertente trabalhada pela instituição, sempre com o foco de prestar o melhor e mais eficiente serviço à população, são parcerias interinstitucionais que permitam a integração ou o acesso a compartilhamento de informações de caráter público, que são importantes para viabilizar à população o acesso à justiça.

Nessa esteira, uma perspectiva clara a ser trabalhada pela Defensoria Pública e pelos Cartórios é intensificar o estreitamento institucional, fomentando e ampliando parcerias para que, aliado ao inegável auxílio das ferramentas tecnológicas atualmente existentes, possamos integrar cada vez mais os serviços, desburocratizando-os e tornando mais ágil a obtenção tanto dos serviços notariais como da resultante do acesso rápido a esses serviços, que é a garantia do exercício de direitos da população vulnerável.

Marco Legal das Garantias (Lei nº 14.711/23) e as novas atribuições dos tabeliães de notas

Olivar Vitale*



No último mês, entrou em vigor a Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023 (“Lei 14.711/23”), denominada “Marco Legal das Garantias”, que tem como principal objetivo o aprimoramento das regras de garantia e a desjudicialização de procedimentos relativos à execução de garantia, tais como a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca e de garantia imobiliária em concurso de credores.

O novo Marco Legal das Garantias introduziu importantes alterações na legislação imobiliária que visam ampliar o acesso ao crédito imobiliário, como é o caso do procedimento extrajudicial para hipoteca e da extensão da alienação fiduciária e da hipoteca, entre outros.

Ademais, a Lei 14.711/23 inovou ao atribuir importantes funções aos Tabeliães de Notas.

Para a execução extrajudicial da hipoteca, a lei dispõe sobre a lavratura de ata notarial de arrematação, que constituirá título hábil de transmissão da propriedade ao arrematante a ser registrado na matrícula do imóvel.

Outro ponto relevante a se destacar na lei é a previsão da possibilidade de o tabelião de notas, mediante solicitação das partes, certificar a ocorrência ou não de condições e outros elementos negociais do negócio jurídico, por meio de ata notarial, como por exemplo o reconhecimento da resolução por inadimplemento em contratos de venda e compra, com cláusula resolutiva.

A lei também inovou ao dispor sobre a Central Nacional de Precatórios e estabelecimento de procedimento de comunicação notarial com reserva de eficácia nas cessões de precatórios e recebíveis judiciais pelo tabelião de notas ao Poder Judiciário.

Nesse sentido, os efeitos da comunicação se iniciam após a sua realização, tornando ineficazes negócios jurídicos que abranjam partes distintas da comunicação e que ainda não houvessem sido comunicados ao juízo, se dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos for lavrada a respectiva escritura pública de cessão de crédito.

A partir da criação da Central Nacional de Precatórios, a lei estabeleceu procedimento

interno de distribuição entre notários de serviços para lavratura de ata notarial de arrematação de imóvel na hipótese de execução extrajudicial da hipoteca.

Ademais, por meio de convênio a ser firmado entre a entidade de classe e instituição financeira, o tabelião de notas poderá realizar a gestão de contas vinculadas (*Escrow Account Agent*), relativa ao preço do negócio jurídico, constituindo patrimônio segregado.

Sob esse aspecto, no caso da venda de um imóvel, o comprador poderia depositar o preço em uma conta garantia (escrow account) com a intermediação do tabelião de notas, que realizará avaliação das condições negociais aplicáveis, e somente autorizará o vendedor a levantar esse valor após a concretização do registro da transferência

do imóvel perante o registro imóveis, e/ou finalização de alguma reforma no imóvel, atestação de arquivamento de processos judiciais etc.

Por fim, a Lei 14.711/23 atribuiu ao notário a possibilidade de atuação como árbitro, e conciliador ou mediador. Vale destacar que no que concerne à atuação em procedimentos de conciliação e mediação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Código Nacional de Normas, já autorizava a realização desses serviços por notários e registradores.

Em síntese, o Marco Legal das Garantias aprimora o sistema de garantias imobiliárias trazendo significativas e relevantes disposições para temas que demandam segurança jurídica nas atividades imobiliárias, e amplia

a atuação dos tabeliões de notas, ressaltando a importância dos serviços notariais e de registros, na medida em que são indispensáveis no ordenamento jurídico brasileiro.



*Olivar Vitale

é socio fundador do VBD Advogados, além de Diretor Institucional, Diretor Estadual de São Paulo e fundador do Ibradim

OBTENHA GANHOS OPERACIONAIS E REDUÇÃO DE CUSTOS COM A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI PARA CARTÓRIOS

NOTEBOOKS, DESKTOPS, SERVIDORES, STORAGES, SWITCHES
MACBOOKS, CHROMEBOOKS, TABLETS, EXTENSÃO DE GARANTIA



10%

DE DESCONTO
PARA ASSOCIADOS

FALE CONOSCO >

(11) 93432-9517

(15) 3231-7799

Falando de pessoas para pessoas!

Fernanda Rocha*

Falar de pessoas dentro da serventia é tema tão recente quanto antigo.

Há alguns anos atrás, ao contratar colaboradores, estes estavam focados em segurar seus empregos, ficar ali o resto da vida.

Hoje, além de boas condições de trabalho (ambiente, material de trabalho, benefícios), os colaboradores buscam empatia de seus superiores diretos.

E como se já não fosse pequeno o desafio, a realidade das serventias vem tomando nova forma: necessita de visão mais estratégica, com a demonstração de seus serviços e os bons resultados nas mídias sociais, colaboradores mais bem treinados e focados no bom atendimento, aumentam a cada momento as opções e as formas de o cliente/usuário acessar os serviços do cartório.

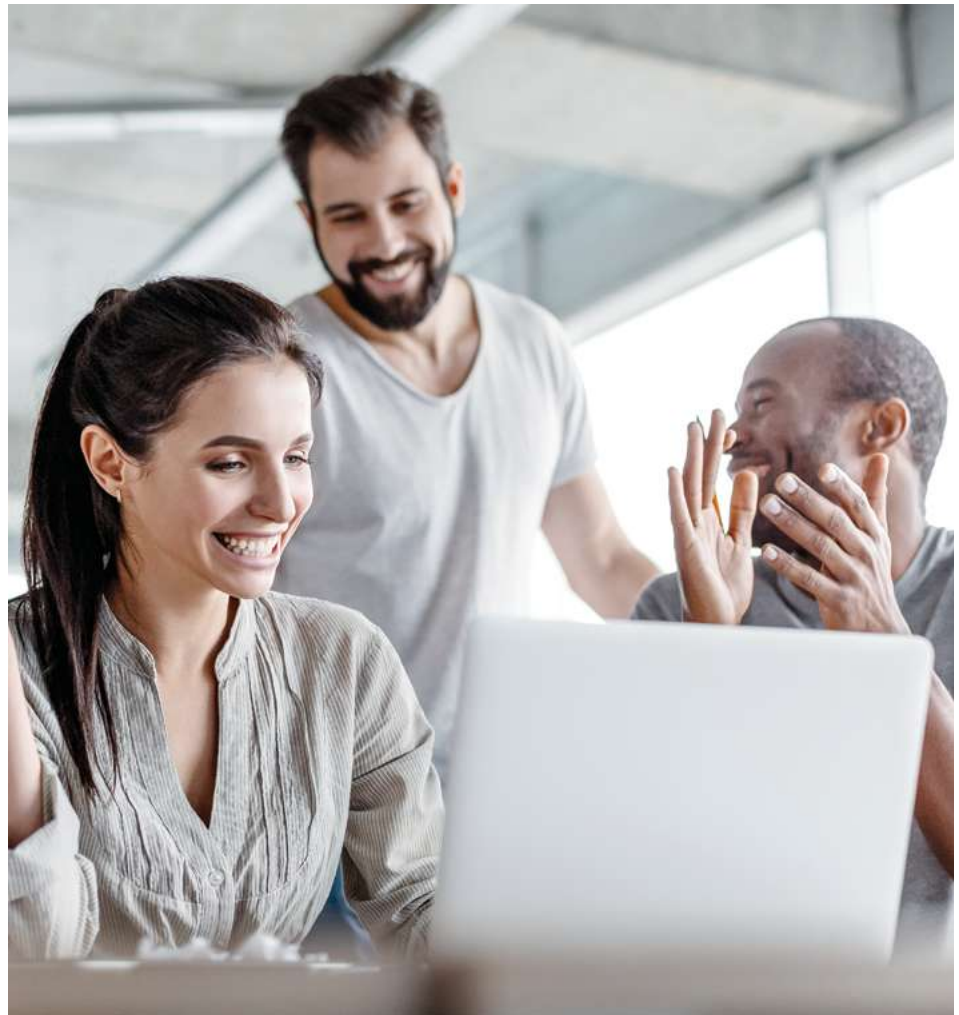
Somado a isso, a dificuldade de encontrar pessoas que tenham garra para abraçar, junto aos oficiais de cartório, a nobre tarefa de instruir e instrumentalizar a vontade dos clientes.

Já citei em artigo anterior como melhorar a contratação dentro da serventia, e agora, complemento aquela informação com esta: além de contratar corretamente, é importante motivar corretamente os seus colaboradores. Sim, isso vai aumentar a retenção de talentos na sua serventia.

E você deve estar se perguntando: mas motivação não é algo interno? Cada um tem a sua? E sim. A resposta é sim. Cada um tem uma motivação e cabe à cada um de nós “alimentarmos” corretamente nossas motivações para que possamos entregar sempre a nossa melhor performance.

Mas como chefe e líder, é importante que você saiba que manter seu colaborador motivado da forma certa aumenta o engajamento, senso de pertencimento, performance e por isso, os resultados!

Motivar da forma certa vai gerar no seu colaborador a agradável sensação de estar no lugar certo, fazendo o que “nasceu” para fazer. Por isso é importante conhecer seus



liderados; assim também seus substitutos e coordenadores precisam conhecer as equipes que dirigem.

E como isso funciona na prática? O que você precisa saber é que todos podemos nos motivar de várias maneiras ou por dimensões diferentes, mas geralmente há uma forma que é predominante. Vamos aprender a identificar?

A forma mais simples de identificar a motivação dos colaboradores é tendo uma escuta ativa e atenção. Prestar real atenção ao que ele diz e faz vai permitir que você perceba elementos em sua comunicação que identificam sua principal motivação.

Pessoas muito focadas nos fatos racionais e objetivos, que a todo tempo querem entender algo mais a fundo, ou sempre querem dar

longas explicações embasadas em pesquisas, é possível que sejam motivadas principalmente pelo conhecimento. Esses colaboradores podem ser melhor motivados com oportunidades de cursos ou treinamentos, por exemplo.

Quanto às pessoas que carregam consigo a expressão “o que eu ganho com isso” ou “não gosto de perder tempo”, geralmente são melhor motivadas pela dimensão econômica. Para essas pessoas, o retorno financeiro, ou a oportunidade de otimizar processos será a melhor forma de motivá-los.

Há ainda, aqueles que gostam de decorar o seu espaço de trabalho, e buscam sempre manter o ambiente harmônico, falam bastante em equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. É possível que estes colaboradores se moti-

vem pela dimensão estética, e para reter este tipo de colaborador é importante oferecer, sempre que possível, folga, ou se for o caso de sua serventia oferecer benefícios/bonificação, um dia de SPA, massagem relaxante, ou até um ambiente bonito e tranquilo para descansar no horário de almoço.

Mas quando você percebe que o seu colaborador é muito solícito, sempre quer ajudar, a principal motivação dele pode ser o altruísmo, e neste caso, é importante conduzi-lo a momentos e situações nos quais ele possa contribuir para o crescimento da serventia, ensinando outros colaboradores, ou permitindo que ele esteja à frente de ações sociais promovidas pelo cartório.

E, se seu colaborador gosta de fazer as atividades de um jeito próprio, criando rotinas que talvez não sejam como você gostaria, ou ainda, é aquele reconhecido pelos colegas como “aquele que gosta de chamar atenção”, é possível que seu colaborador tenha como principal motivação, o individualismo. Pessoas com essa motivação são muito criativas, e para mantê-los engajados e produtivos é importante conferir a eles, certa liberdade de atuação no ambiente de trabalho, como por exemplo, poder definir rotinas de “baixo impacto”, ou reconhecer publicamente um

bom trabalho, e em alguns casos preparar, em momento oportuno, para liderar outros colaboradores.

E por último, há ainda, pessoas que buscam entender a cultura e seguir as regras; geralmente carregam a expressão “existe uma forma certa de fazer” ou “existe um ‘certo’ para acreditar”. Pessoas com essas características, geralmente são motivadas pela dimensão reguladora e tendem a produzir melhor (e permanecer) em ambientes nos quais há ordem, estrutura, padronização e cultura com a qual se identificam. Para motivá-los é importante deixar as regras bem estabelecidas (e que essas regras sejam cumpridas), e permitir que contribuam para manter, melhorar e implementar regras em todos os ambientes do cartório.

Parece muito, mas entender como aplicar estas informações vai reduzir seu turnover, aumentar engajamento e senso de pertencimento dos seus colaboradores.

Vale lembrar que muitas pessoas podem se motivar por duas dimensões ou de duas maneiras diferentes, por isso, na dúvida, questione o colaborador como ele gostaria de ser “recompensado pelo bom trabalho”, (por exemplo) e dê para ele duas opções. Ele vai

escolher a que melhor atender sua motivação naquele momento.

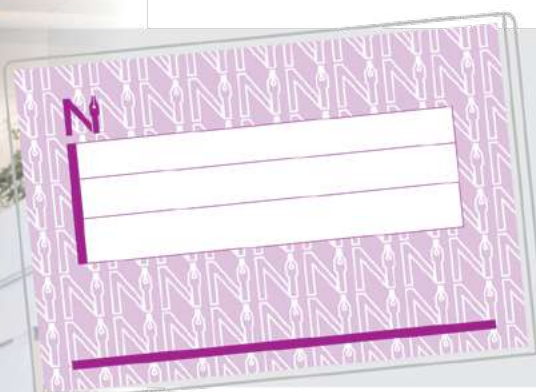
E para encerrar quero lembrar você da frase de Simon Sinek, autor inglês-americano, que ficou conhecido mundialmente ao popularizar o conceito do “porque” em sua primeira TED Talk, que cabe perfeitamente aqui:

“100% dos clientes são pessoas. 100% dos funcionários, são pessoas. Se você não entende de pessoas, você não entende de negócios.”



*Fernanda Rocha

é formada em Direito, atuou por 11 anos em serventia extrajudicial. Com experiência em liderança, desenvolvimento de competências e seleção de colaboradores, atualmente ajuda cartórios a fazerem contratações, promoções e remanejamentos assertivos, com análise comportamental, bem como a desenvolver soft skills em seus coordenadores, substitutos



Mantenha seus arquivos organizados e conservados com os **protetores de fichas** da JS Gráfica.

Consulte também os modelos de PASTAS e ENVELOPES plásticos

JS **GRÁFICA**
(11) 4044-4495
www.jsgrafica.com.br

STJ reafirma que a alienação do imóvel que sirva de residência para o devedor e sua família não afasta a **impenhorabilidade do bem de família**

Tiago de Lima Almeida*

Muito se discute, na doutrina e na jurisprudência, se a alienação de um imóvel que sirva de residência de um executado e de sua família, após a constituição e ajuizamento da execução de um crédito, não afasta a cláusula de impenhorabilidade do bem, razão pela qual restaria descaracterizado o instituto da fraude à execução.

É bem verdade que o reconhecimento da fraude à execução já foi objeto de diferentes leituras e interpretações ao longo dos anos, de acordo com a legislação de regência. Em um determinado período, a jurisprudência considerava absoluta a presunção de fraude à execução nos casos em que a alienação do bem se desse após à citação do executado, ora alienante. Posteriormente, a jurisprudência se posicionou no sentido de que, para se admitir a hipótese de fraude à execução, necessário seria, antes da alienação, que houvesse o registro da penhora no Cartório de Registro de Imóveis, garantindo desta forma a necessária publicidade da constrição, de modo a proteger os interesses de terceiros de boa-fé. Por fim, em sentido diverso, após o advento da LC n. 118/2005, que conferiu nova redação ao art. 185 do CTN, a jurisprudência, em especial nas discussões que envolviam créditos tributários, firmou o posicionamento de que a alienação de bens pelo contribuinte devedor de tributos regularmente inscritos em dívida ativa, sem a reserva de meios para a satisfação dos respectivos débitos tributários, pressuporia a existência de fraude à execução, em face da primazia do interesse público na arrecadação dos recursos para o uso da coletividade.

Apesar das interpretações dadas à alienação do imóvel, quando da existência da cobrança de uma dívida, quando buscamos na jurisprudência verificamos que não há um posicionamento pacífico a despeito da proteção contida na Lei n° 8.009/90



(impenhorabilidade do imóvel por ser bem de família), não existindo um consenso se esta proteção deve ou não ser afastada.

Pois bem, em se tratando de único bem de família, o imóvel familiar deve ser revestido de impenhorabilidade absoluta, consoante a Lei 8.009/1990, tendo em vista a proteção à moradia conferida pela Constituição Federal, de modo que não se faz errônea, data máxima vênia, a leitura de que não haveria fraude à execução na alienação de um bem impenhorável, tendo em vista que o bem de família não poderia ser expropriado para satisfazer a execução,

não tendo o exequente qualquer interesse jurídico em ter a venda considerada ineficaz.

Percebam que, mesmo quando o devedor aliena o imóvel que lhe sirva de residência, deve ser mantida a cláusula de impenhorabilidade porque este imóvel seria imune aos efeitos da execução, de modo que, caso afastada a garantia imposta pela lei e reconhecida a invalidade do negócio com a aplicação do instituto da fraude à execução, o imóvel voltaria à esfera patrimonial do devedor ainda como bem de família.

O que aqui está se defendendo é que a alienação do bem de família não geraria prejuízo para o credor e tampouco implicaria em fraude à execução, pois que, caso se anule a venda a terceiro, a consequência inafastável da anulação seria o retorno do bem ao patrimônio do devedor, conforme o comando do artigo 3º da Lei 8.009/90.

Confirmando o quanto aqui exposto, ao julgar o Agravo em Recurso Especial nº 2.174.427, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sessão virtual datada de 12 de setembro de 2023, decidiu que não haveria fraude à execução fiscal quando houver a alienação de imóvel que serve de residência para o devedor e seus familiares, de modo que referida transação não afastaria a impenhorabilidade do bem de família.

Em decisão colegiada, os Ministros da 1ª Turma reafirmaram o entendimento desfavorável à União, que tinha apresentado agravo interno contra decisão a favor do executado em recurso especial. Em suma, a credora alegava que o reconhecimento da fraude à execução fiscal afastaria a proteção

do bem de família, isso porque, segundo alegações feitas nos autos, após ter sido citado na execução, o devedor transferiu o imóvel para o seu filho a título de doação.

O juízo de primeiro grau não admitiu a penhora do bem, mas o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) reformou a decisão por entender que a proteção da impenhorabilidade, prevista na Lei 8.009/1990, não se justificaria quando o doador procura blindar seu patrimônio dentro da própria família, mediante a doação de seus bens para um descendente.

Então, já em sede de Agravo em Recurso Especial, de forma contrária ao juízo de segunda Instância, o relator da matéria no STJ, Ministro Gurgel de Faria destacou em seu voto – decisão posteriormente confirmada pela respectiva Turma, que “No caso dos autos, o tribunal a quo, em desconformidade com a orientação desta corte superior, afastou a proteção ao bem de família em razão de sua alienação após a citação do ora recorrente na ação executiva fiscal, motivo por que o recurso deve ser provido para restabelecer a sentença”.

A decisão foi tomada por unanimidade e transitou em julgado no último 22 de novembro de 2023.

Acertada a decisão proferida, pois que a impenhorabilidade deve ser mantida, ainda que o devedor transfira o imóvel que lhe serve de moradia, porque esse imóvel é imune, de toda forma, aos efeitos da execução.

Era o que cabia pontuar.



***Tiago de Lima Almeida**
é presidente da Comissão de Direito Notarial e de Registros Públicos do Conselho Federal da OAB e sócio do CM Advogados



VOCÊ CONHECE O PATRIMÔNIO QUE VAI ASSUMIR ?



NÓS PODEMOS TE AJUDAR!

SAIBA TUDO SOBRE
INVENTÁRIO FÍSICO DO IMOBILIZADO.



SAIBA MAIS
TEL. 11 2281-9007
CONTATO@PROPACKAGES.COM.BR
WWW.PROPACKAGES.COM.BR
@PROPAKAGES1

O cenário de serviços e as evidências físicas

Gilberto Cavicchioli*



“Somos damas e cavalheiros servindo damas e cavalheiros”

Mantra da rede de Hotéis Ritz-Carlton



O cenário de serviços, ou ambiente de serviços, com ênfase na qualidade do atendimento, desempenha papel importante na construção da percepção dos clientes em relação à imagem positiva que se deseja passar aos usuários.

O ambiente, o local, as instalações em que os serviços são realizados, quando bem projetados aumentam a satisfação dos usuários e ao mesmo tempo, realçam a produtividade da operação de serviço.

Imagine caro leitor, que há anos na sua cidade funcionam dois tabelionatos. Ambos dão expediente normal à população durante os dias da semana, em conformidade com as normas e exigências legais.

O MOVIMENTADO TABELIONATO DA PRACINHA

Observando-se os dois tabelionatos em atividade, ocorre que o movimento de pessoas nas duas serventias é visivelmente diferente.

O tabelionato da rua de cima, vamos chamá-lo assim, tem uma fachada mal conservada, as instalações internas são desconfortáveis, as raras filas são longas e desorganizadas e não tem estacionamento. Aparece sempre baixo movimento de pessoas para quem passa na porta.

Em contrapartida, o tabelionato da pracinha, a poucos quarteirões de distância do tabelionato da rua de cima, apresenta

uma fachada atraente e com toques arquitetônicos. Na decoração interna, o mobiliário é moderno, o ambiente bem arejado e iluminado. Os funcionários trabalham uniformizados, o atendimento é ágil, cordial, e o fluxo de pessoas é intenso na maior parte do dia. Os usuários contam com a facilidade de um estacionamento conveniado ao lado.

Pensando nos usuários dos dois tabelionatos extrajudiciais, qual das alternativas é a mais interessante? Qual desses dois você escolheria para ser atendido? Provavelmente, o da pracinha, certo?

Este exemplo ilustra como o cenário de serviços e as evidências físicas se

“comunicam com os clientes”, afetando e influenciando a experiência dos usuários, interferindo inclusive na escolha e na satisfação em relação ao atendimento prestado.

ESTRATÉGIA DO CENÁRIO DE SERVIÇOS

Os serviços prestados nas serventias notariais e registras são atividades interpessoais. Há contato face a face frequente, em que tanto o usuário quanto o funcionário estão presentes e ativos no cenário de serviços.

A aparência e o comportamento do pessoal de atendimento fazem parte da proposição de valor e reforçam o posicionamento do cartório extrajudicial diante do seu público. Portanto, o ambiente exerce forte influência na percepção sobre a qualidade da prestação do serviço.

Há diversos trabalhos acadêmicos que comprovam que o ambiente de serviços afeta a qualidade percebida pelo serviço prestado e que as pessoas se comportam influenciadas pelo ambiente.

AS EVIDÊNCIAS FÍSICAS

O cenário de serviços e as evidências físicas incluem todos os aspectos das instalações físicas do cartório extrajudicial que impactam positivamente – ou negativamente – na percepção do usuário.

Como serviços são em geral intangíveis, muitas vezes os usuários utilizam o ambiente de serviços como um importante indicador da qualidade. A satisfação que sentem, cria vínculos pessoais com o cartório extrajudicial onde é atendido e tem as suas necessidades e questões notariais e registras atendidas.

Segue recomendação de 12 características gerais das evidências físicas direcionadas às serventias:

- Projeto da fachada/ Letreiros;
- Acessibilidade fácil para os clientes;
- Sinalização e painel de informações;
- Decoração e paisagismo;
- Interior das instalações;
- Layout e disposição dos equipamentos;
- Temperatura e qualidade do ar ambiente;
- Som/aromas/iluminação/cores;
- Trajes dos funcionários;
- Equipe de atendimento treinada;
- Site na internet/
Canais digitais de informação;
- Estacionamento.

Duas evidências mais recentes são interessantes e demonstram atenção com a qualidade do atendimento e a lealdade do usuário.

1. O site bem elaborado, de fácil consulta, que tenha empatia nas respostas às consultas aos usuários;
2. Uma pesquisa de satisfação após o atendimento, como o NPS – Net Promoter Score – visando conhecer a opinião dos usuários.

As evidências físicas socializam os clientes e funcionários em termos de comportamentos e relacionamentos e também diferenciam a empresa da concorrência.

Como escreveu a catedrática em Marketing de Serviços nos EUA, Valarie Zeithaml: “O cenário de serviços e outros elementos das evidências físicas são os que, em síntese, servem de embalagem para o serviço e traduzem para o cliente uma imagem externa do que está ‘lá dentro’”. Utilizar a evidência física para embalar o serviço envia indícios de qualidade e adiciona valor ao serviço. Nosso leitor concorda com isso?

Podemos concluir que o cenário de serviços desempenha papel primordial na percepção do cliente. Funciona como um sinal relevante em relação à imagem e ao posicionamento de uma empresa, no caso, o seu cartório extrajudicial diante da população de usuários.

A serventia que dispõe de instalações bem projetadas, equipe de atendimento treinada e engajada e as evidências físicas favoráveis à percepção de bem-estar e eficiência, realça a “marca do cartório” e sua produtividade e rentabilidade da operação de serviço.

AMBIENTE HOLÍSTICO

O cenário de serviço eficiente deve ser elaborado de modo holístico e do ponto de vista do usuário. A eficiência técnica e a cordialidade das equipes de atendimento – tanto por canais presenciais como digitais – “dirigem a cena” e tornam-se estímulos ao usuário satisfeito que tem suas necessidades e expectativas atendidas e sente, espontaneamente, vontade de recomendar o seu cartório a outros usuários.

O cartório da pracinha e seus usuários, só têm a ganhar ao evoluir na estratégia de caprichar. Oferecendo um ambiente que promove a qualidade do atendimento e a satisfação dos usuários.

O passo seguinte é ir para o abraço.

Ficamos por aqui. Até nosso próximo encontro.



*Gilberto Cavicchioli é professor de pós-graduação e MBA em Gestão de Negócios. Dirige a Cavicchioli Treinamentos Ltda e realiza cursos e palestras técnicas sobre gestão em cartórios extrajudiciais de todo o Brasil. Autor do livro *Cartórios e Gestão de Pessoas: um desafio autêntico*, na 2ª edição. www.cavicchiolitreinamentos.com.br

Certisign: nova liderança e estratégias para impulsionar o mercado de certificados digitais

Talita Franco*



O PSS Certisign, que desempenha o papel de prestador de serviços de suporte da AC Notarial, realizou alterações em sua equipe de liderança no ano de 2023, o que implica em novos projetos para impulsionar seu crescimento. O CEO nomeado da Certisign é o Marco Américo D. Antonio, um profissional com ampla experiência no setor de tecnologia, tendo desempenhado funções em diversas empresas de renome, incluindo Docusign, UOL e Unicoba, entre outras.

Acompanhando Marco Américo, temos Diego Martins, que assumiu o cargo de CRO, encarregado de liderar as áreas de vendas, marketing, comunicação e produtos. Diego acumula mais de duas décadas de expertise na área de vendas.

Com a chegada do novo CEO e CRO, a Certisign direciona seu foco para ampliar as vendas de certificados digitais

e introduzir novos produtos no mercado, com o objetivo de recuperar sua posição de liderança. Essa mudança estratégica se alinha com a crescente demanda por certificados digitais, uma tendência notável nos últimos anos, impulsionada pela crescente presença da tecnologia digital em nossas vidas cotidianas e nas operações empresariais. Os certificados digitais desempenham um papel crucial ao garantir a segurança e autenticação de transações online, bem como na assinatura digital de documentos.

Vale destacar também que a Certisign mantém uma parceria sólida com a AC Notarial, com uma colaboração que já perdura por mais de 15 anos. Essa parceria tem gerado frutos significativos para a rede de cartórios, consolidando ainda mais a posição da Certisign e da AC Notarial no mercado de certificados digitais.

Amplie os serviços oferecidos em seu cartório e aumente seu faturamento. Entre em contato com a equipe da AC Notarial através do e-mail institucional@redeicpbrasil.com.br para obter mais informações e orientações. Estamos à disposição para ajudá-lo a expandir suas atividades e aproveitar as oportunidades oferecidas.



*Talita Franco
é gestora de contas
da AC Notarial

A revolução no atendimento cartorário **por meio da tecnologia**

Joelson Sell*



Atualmente, as soluções tecnológicas permitem que as prestações de serviços sejam muito mais eficientes, rápidas e convenientes dentro dos cartórios. Isso também está relacionado a um modelo de atendimento sem filas que pode trazer diversos benefícios para os usuários.

No entanto, adotar esse tipo de atendimento não beneficia somente os usuários. Pode, também, trazer melhorias substanciais para os cartórios, tornando os ambientes ainda mais modernos.

Além disso, este tipo de tecnologia leva os clientes a terem um grande impulso de experiências positivas, como:

UTILIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Saber utilizar recursos otimizados, como um painel de senha altamente tecnológico, por exemplo, garante que a infraestrutura realmente esteja sendo utilizada da maneira mais eficiente possível, permitindo todas as facilidades do dia a dia.

EXPERIÊNCIA APRIMORADA

Eliminar ou reduzir significativamente as filas em um cartório contribui muito para uma experiência favorável. Quanto mais os longos períodos de espera forem evitados, mais os processos tornam-se convenientes,

reduzindo qualquer tipo de estresse e ansiedade. Isso fará com que as pessoas enxerguem seu cartório de forma muito mais positiva.

ATENDIMENTO MODERNO

A implementação de um modelo sem fila incentiva a modernização do cartório quando se utiliza tecnologias como totens de autoatendimento e sistemas de gerenciamento de filas digitais. Além desses métodos, o agendamento online, que é o mais comum, oferece aos usuários maior controle sobre seu tempo, permitindo-lhes escolher horários convenientes e planejar suas visitas as unidades extrajudiciais com antecedência.

FEEDBACKS

Um modelo de atendimento sem fila pode resultar em maior satisfação do cliente. Consequentemente, ele poderá trazer feedbacks positivos e contribuir para a imagem da unidade extrajudicial.

Se o seu cartório ainda não possui esse tipo de modelo de atendimento, que tal implementá-lo para 2024? Adotando-o, você não apenas atenderá às expectativas crescentes dos usuários, mas também terá uma melhora significativa na eficiência operacional, reduzindo custos e fortalecendo a reputação como prestadores de serviços modernos e eficazes. Afinal, estamos em um mundo cada vez mais digital e orientado para o consumidor.



*Joelson Sell é um dos fundadores da Escriba Informatização Notarial e Registral, além de Diretor Comercial e de Marketing da empresa

Como ampliar o alcance sobre os serviços remotos?

Talita Caldas*

A eficácia da comunicação é um tema amplamente estudado por especialistas em marketing e gestão. Autores renomados como Philip Kotler e Kevin Lane Keller, em seu livro "Administração de Marketing", destacam a importância da comunicação de marketing para construir e manter relacionamentos com os clientes. Eles argumentam que a comunicação eficaz é crucial para transmitir o valor e os benefícios dos produtos ou serviços, influenciando as percepções dos clientes.

Estratégias de comunicação adotadas por empresas de sucesso, como a Amazon, são dignas de menção. A empresa tem uma abordagem proativa na comunicação com os clientes, utilizando e-mails personalizados, notificações por aplicativo e mensagens claras em seu site para informar sobre os serviços remotos disponíveis e as vantagens de utilizar tais serviços.

Ao disseminar a mensagem do "VOCÊ SABIA QUE..." dentro do ambiente do extrajudicial é essencial, pois, via de regra, o cliente ainda não sabe pra que o cartório serve e muito menos que já é possível realizar muitos serviços de forma remota. Sendo assim, é crucial adotar estratégias de comunicação efetivas. Isso envolve não apenas a colocação de cartazes e lembretes em locais estratégicos, mas também a personalização dessas mensagens de acordo com os canais de comunicação preferidos pelos clientes.

É responsabilidade do titular e gestor assegurar que os usuários estejam cientes das opções disponíveis para o atendimento remoto. Esperar que os usuários saibam, por intuição, sobre a oportunidade de usufruir dos serviços no conforto de seus lares é um equívoco. A inércia em comunicar tais benefícios resultará, invariavelmente, em desconhecimento por parte dos clientes e mais fila, tempo de espera, e tempo do funcionário no balcão presencial.

O custo associado ao atendimento presencial é substancial, repercutindo tanto para os clientes quanto para a serventia. Esses custos abrangem uma série de aspectos:



A limitação geográfica é um desses desafios. Os que não estão próximos fisicamente enfrentam despesas extras com deslocamento e dedicam um tempo significativo para acessar os serviços.

Os custos operacionais da serventia são elevados no modelo de atendimento presencial. Manter espaços físicos, uma equipe presencial e infraestrutura requer um investimento considerável, podendo até superar os custos de oferecer serviços online.

Em certos cenários, como durante pandemias ou em situações que envolvem questões de segurança, o atendimento presencial pode representar riscos à saúde, tanto para os clientes quanto para os funcionários.

Diante desses desafios, é imperativo disseminar amplamente a mensagem sobre a disponibilidade de serviços remotos. Um checklist detalhado pode ser implementado para abordar esse propósito:

- Disponibilizar cartazes visíveis em locais estratégicos, desde a entrada do cartório até o balcão de atendimento e áreas de espera.
- Inserir informações em assinaturas de e-mail, atendimentos automáticos, descrições do WhatsApp e até mesmo durante chamadas telefônicas.

- Explorar a possibilidade de comunicação em espaços inesperados, como ao lado do bebedouro, para amplificar o alcance da informação.

Faz-se necessário entender que oferecer opções conduz naturalmente o cliente ao método que ele já está acostumado, ou seja, ao atendimento presencial. Preferimos aquilo que conhecemos, o que nos mantém na zona de conforto. Assim, quando viável, direcione para um único ponto: o balcão eletrônico!

Apesar de mantermos tanto o atendimento presencial quanto o virtual, a centralização das interações é mais eficaz para a gestão.

Estamos encarando desafios similares aos enfrentados pelos bancos ao adotar do autoatendimento, e, esse estudo de caso mostra que - mesmo atendendo uma clientela mais sênior - é possível superar as barreiras. É uma tarefa complexa, porém não inalcançável.

Atualmente, agendar web reuniões via aplicativos do tipo Calendly deveria ser algo básico para qualquer tipo de delegação que se interessa em proporcionar canais de comunicação remotos.

Concluindo, a literatura especializada e as estratégias adotadas por empresas de renome enfatizam a importância da comunicação eficaz na construção de relacionamentos duradouros com os clientes. Incorporar esses princípios em iniciativas de comunicação pode ampliar significativamente o alcance e impacto das mensagens sobre os serviços remotos, aumentando a conscientização e a adoção por parte dos clientes.



*Talita Caldas é fundadora da TAC7

Quais são as maiores inovações da Lei 14.711/23 para o tabelião de notas e porque elas estão no “Novo marco das garantias”?

Rafael Depieri*

Por força do processo legislativo do Projeto de Lei nº 4.188/21 que deu origem à Lei nº 14.711/2023, os tabeliães de notas receberam comandos legais para desempenharem suas funções em apoio às novas diretrizes do sistema de garantias Brasileiro.

Nesse passo, é fundamental compreender que a presença do notário tem confluência com a premissa da nova lei em atender uma demanda social, que pode ser resumida em duas palavras: desburocratização e desjudicialização.

De forma muito resumida, é possível observar que essa premissa está contemplada nos novos dispositivos legais da seguinte forma:

1. A inclusão do Art. 6º-A, na Lei 8.935/94, permitirá maior transparência no ambiente negociação de precatórios. O que, ao final, é fundamental para que haja liquidez desse tipo de recebível, bem para negociação dos créditos proveniente dos precatórios.
2. Já o artigo 7º-A, também incluído na Lei 8.935/94, disciplinou atribuições que melhoram o ambiente de negócio no Brasil, em três planos:
 - c. Como mecanismo preventivo, pela atuação do notário gerindo uma Escrow Account e, assim, proporcionando maior conforto e confiança na efetivação de negócios jurídicos, dentre os quais incluem-se aqueles formalizados com contratos de garantia;
 - c. Como mecanismo de certificação do implemento ou a frustração de condições negociais, promovendo maior celeridade na liquidação de obrigações e, por consequência, devolvendo à sociedade a possibilidade de renegociação de créditos;
 - c. E, em último plano, como mecanismo alternativo para solução de conflitos, por meio da mediação, conciliação e



arbitragem, ou seja, ferramentas que promovem a desjudicialização e, por consequência, agilizam a devolução do bem móvel ou imóvel às práticas negociais, inclusive para que possam ser objeto de novas garantias contratuais.

Em suma, o novo Marco de Garantias, ao incluir a atuação dos notários, regulou de forma sistemática a contratação de garantia no Brasil, pois disciplinou não apenas as modalidades de contratos de garantia, como também proporcionou eficiência a mecanismos que geram, liquidam e resgam o crédito.

Tal qual o sucesso da Lei nº 11.441/07, lei do inventário e divórcio extrajudicial, o novo Marco das Garantias trouxe a atuação notarial para contribuir com os mecanismos de contratação e resgate de garantias, ou seja, buscou agregar eficiência, celeridade e simplificação de procedimentos que geram impacto no sistema de garantias.

Agora, cabe aos notários se engajarem nesses novos procedimentos que, de certa forma, reinventam o notariado no Brasil, tão logo tenham os procedimentos organizados, especialmente pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, pois é a entidade contemplada pela nova lei como gestora e balizadora dos novos atos.



*Rafael Depieri é assessor jurídico do CNB/SP, advogado, pós-graduado em Direito Notarial e Registral e mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP

Renata Carone Sborgia*

1

Isenção ou Insenção???

Sem enrolação: isenção (sem o N) Essa é a forma nominal do verbo isentar. A palavra INSENÇÃO está errada e não consta na norma padrão da Língua Portuguesa.



Para você pensar:

...amigo, torço e muito para você ser uma prova de vida do bem...

Renata Sborgia
(Direitos Autorais Reservados
trecho crônica:
...uma prova de vida...)



2

Bem-feito!!! Sempre!!!

Obs.: Se alguém se regozija com o mal ou o infortúnio de alguém, não cabe o hífen.

Ex.: Ela pisou na casca de banana e caiu. Bem feito!

3

De repente ou Derrepente???

Não erre mais: De repente (separado sempre)

*Renata Carone Sborgia é graduada em Direito, Letras e Psicanálise, especialista em Língua Portuguesa e Direito Público, mestrado em Psicologia Social (USP) e doutorado em Psicanálise, Imortal da Academia de Letras do Brasil (ALB) e livros publicados nas áreas de Português, Literatura, Educação e Saúde



ESCRIBA

SISTEMA PROTEST

O sistema ideal para gerenciar e controlar todos os atos que são lavrados nos tabelionatos de Protestos de Títulos.

   /escribainformatica  www.escriba.com.br/  (41) 2106-1212

Você já conhece o **Centro de Estudos Notariais**? É a plataforma de cursos *online* criada pelo Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo (CNB/SP) para auxiliar tabeliães de notas e seus prepostos na busca por conhecimento e atualização na área que atuam, sejam em rotinas gerenciais ou operacionais, dentro do cartório. Os cursos são coordenados por uma equipe engajada em captar os professores mais qualificados em Direito Notarial e Registral, para abordar os temas de mais alta relevância dentro da classe.

Conheça abaixo os cursos online disponíveis (descontos exclusivos por tempo limitado):

ESCOLA DE ESCRIVENTES +

51 módulos com os principais temas do Direito Notarial em mais de 90h de aulas

***Novidade:** aulas abrangendo conhecimento técnico-jurídico, organizacional-attitudinal e ético divididos em 3 níveis de certificação: bronze, prata e ouro.

CURSO DE AUTENTICAÇÃO E RECONHECIMENTO DE FIRMAS – PRESENCIAL:

Data: 20 de janeiro de 2023

INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL

*Módulo da Escola de Escreventes – pode ser adquirido separadamente

PROCURAÇÃO PÚBLICA, SUBSTABELECIMENTO E PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA

*Módulo da Escola de Escreventes – pode ser adquirido separadamente

ITCMD - TÓPICOS AVANÇADOS

Módulo único

ENTRENOTAS

14 módulos – podem ser adquiridos separadamente

*Os formatos e datas das aulas acima estão sujeitos a alterações



Arrolamento de Bens. Sobrepartilha. Herança - Renúncia Abdicativa

CSMSP - APELAÇÃO CÍVEL:
1006686-02.2021.8.26.0019

LOCALIDADE: Americana DATA DE
JULGAMENTO: 15/12/2023 DATA DJ:
13/03/2023

RELATOR: Fernando Antônio Torres Garcia
JURISPRUDÊNCIA: Indefinido
LEI: CC2002 - Código Civil de 2002 -
10.406/2002 ART: 1.808
LEI: CC2002 - Código Civil de 2002 -
10.406/2002 ART: 1.793 PAR: 1
ESPECIALIDADES: Registro de Imóveis

Registro de imóveis - dúvida - escritura pública de sobrepartilha - renúncia dos herdeiros ascendentes realizada por termo nos autos do arrolamento de bens judicial - renúncia que não se aproveita aos bens desconhecidos e posteriormente sobrepartilhados - apelo improvido.

íntegra
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1006686-02.2021.8.26.0019, da Comarca de Americana, em que é apelante FATIMA PAPAROTI LEONARDO, é apelado OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE AMERICANA.

ACORDAM, em Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RICARDO ANAFE (PRESIDENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA) (Presidente), GUILHERME GONÇALVES STRENGER (VICE-PRESIDENTE), XAVIER DE AQUINO (DECANO), BERETTA DA SILVEIRA (PRES. DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO), WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI (PRES. DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO) E FRANCISCO BRUNO (PRES. SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL).

São Paulo, 15 de dezembro de 2022.

FERNANDO ANTONIO TORRES
GARCIA
Corregedor Geral da Justiça
Relator
Assinatura Eletrônica

Apelação Cível Nº 1006686-
02.2021.8.26.0019
APELANTE: FATIMA PAPAROTI
LEONARDO
APELADO: OFICIAL DE REGISTRO DE
IMOVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE
AMERICANA

VOTO Nº 38.868

REGISTRO DE IMÓVEIS - DÚVIDA
- ESCRITURA PÚBLICA DE
SOBREPARTILHA - RENÚNCIA
DOS HERDEIROS ASCENDENTES
REALIZADA POR TERMO NOS
AUTOS DO ARROLAMENTO DE
BENS JUDICIAL - RENÚNCIA QUE
NÃO SE APROVEITA AOS BENS
DESCONHECIDOS E POSTERIORMENTE
SOBREPARTILHADOS - APELO
IMPROVIDO.

Trata-se de apelação interposta por FÁTIMA PAPAROTI LEONARDO contra a r. sentença proferida pela MM.^a Juíza Corregedora Permanente do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Americana, que julgou procedente a dúvida e manteve a recusa de registro de escritura pública de sobrepartilha, tendo por objeto o imóvel matriculado sob o n.º 71.176 da referida serventia extrajudicial.

A nota devolutiva de fls. 69/70 contém, em suma, a seguinte motivação para a recusa de ingresso do título:

"Em análise a Carta de Adjudicação e o Termo de Renúncia que fazem parte integrante deste Instrumento Público de Sobrepartilha Cumulada com Adjudicação, verifica-se que houve renúncia da herança por parte dos herdeiros ascendentes Francisco Leonardo e sua esposa Maria Angela Leonardo em favor da viúva Fátima Paparotti Leonardo, porém somente com relação ao prédio residencial situado a Rua Aurélio Cibir, nº 552 do loteamento

"Morada do Sol" e ao veículo Car/
Caminhoneta/Car Aberta, GM Chevrolet.

Considerando que o termo de renúncia era em favor da viúva Fátima Paparotti Leonardo (tratando-se, portanto, de renúncia translativa, e não abdicativa) e referia-se somente aos bens mencionados acima, o comparecimento do casal renunciamente se faz necessário também na presente escritura."

Alega a apelante, em síntese, que houve, à época do arrolamento de bens, a renúncia sobre a totalidade da herança, a qual não pode ser parcial e, portanto, abrange o bem objeto da sobrepartilha.

A D. Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo não provimento do recurso (fls. 140/142).

É o relatório.

Cuida-se de registro de escritura pública de sobrepartilha lavrada em 31 de agosto de 2012, no Livro nº 656, fls. 283/288, perante o 1º Tabelião de Notas da Comarca de Americana, tendo por objeto o imóvel matriculado sob o n.º 71.176 no Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da mesma Comarca.

O pedido foi indeferido nos moldes da nota devolutiva (fls. 69). A dúvida suscitada foi julgada procedente, mantido o óbice ao registro da escritura pública (fls. 101/105).

A despeito dos argumentos da apelante, o recurso não comporta provimento.

Respeitado o entendimento do I. Oficial Registrador tem-se, a partir do que consta da carta de adjudicação e do termo de renúncia (fls. 41/68) constantes dos autos da ação de arrolamento de bens n.º 1057/06, que a hipótese mais se aproxima da renúncia pura e simples ou abdicativa.

Consta das primeiras declarações da carta de adjudicação extraída dos autos do arrolamento de bens deixados por Valdemir Aparecido Leonardo, que o de cujus deixou a viúva, ora recorrente, e os herdeiros

ascendentes Francisco Leonardo e Maria Angela Leonardo, não havendo herdeiros descendentes. Por sua vez, da descrição dos bens consta: a) um prédio residencial, cadastrado na Prefeitura Municipal sob n.º 16-0084-0076-000-4; e b) um veículo Car/Caminhoneta/Car Aberta, GM/Chevrolet.

Do termo de fls. 57/58, lavrado nos autos do mencionado arrolamento de bens, constou que os herdeiros ascendentes Francisco Leonardo e Maria Angela Leonardo renunciaram integralmente aos seus direitos à herança deixada pelo de cujus Valdemir Aparecido Leonardo, falecido em 14/01/2006, "direitos esses constantes dos bens que seguem descritos: "1) Prédio Residencial, situado à Rua Aurélio Cibin, nº 552, Bairro Morada do Sol, em Americana/SP, e seu respectivo lote nº 4-A da quadra 25, medindo 6,00m de frente para a Rua Aurélio Cibin; mesma medida nos fundos confrontando com parte do lote 09; 39,00m de ambos os lados da frente aos fundos, confrontando com os lotes 05 e 4-B, perfazendo uma área superficial de 234,00m², cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 16-0084-0076-000-4; e, 2) Um veículo Car/Camioneta/Car Aberta, GM Chevrolet, placa DGW 8973, cor azul, chassi C144DBR04630B, ano/modelo 1974", mencionado nos autos de Arrolamento, nº 1057/06, requerido por Fátima Paparoti Leonardo, face ao falecimento de Valdemir Aparecido Leonardo, em curso por este Juízo de Direito da Vara da Família e das Sucessões de Americana/SP, em favor de FÁTIMA PAPAROTI LEONARDO, brasileira, viúva, do lar, RG xx.xxx.092-2 e CPF xxx.xxx.778-27, residente à Rua Aurélio Cibin, nº 552, Morada do Sol, em Americana/SP, como de fato e na verdade renunciados tem."

Como se sabe, no direito sucessório, consideram-se existentes duas modalidades de renúncia: a abdicativa e a translativa. Na primeira, é feita uma renúncia em favor do monte partível, sem indicação de um beneficiário específico. Na outra, há uma renúncia em favor de determinado beneficiário, no caso, de um ou mais herdeiros.

In casu, consta expressamente que os herdeiros ascendentes renunciaram

integralmente aos seus direitos à herança.

No caso telado, a indicação da destinatária (única herdeira remanescente) e os bens renunciados (integralidade do patrimônio) apresentou-se com caráter explicativo, sem importar em renúncia translativa.

Não se verificou a escolha de beneficiário específico em detrimento de outro e sim ao monte (no caso a única herdeira remanescente).

A corroborar, observa-se nos autos do arrolamento de bens o recolhimento exclusivo do ITCMD, incompatível com a renúncia translativa.

Contudo, o alcance do art. 1.808, do Código Civil não é o pretendido pela recorrente.

Conforme dispõe o mencionado dispositivo legal:

"Art. 1.808. Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo.

§ 1º O herdeiro, a quem se testarem legados, pode aceitá-los, renunciando a herança; ou, aceitando-a, repudiá-los.

§ 2º O herdeiro, chamado, na mesma sucessão, a mais de um quinhão hereditário, sob títulos sucessórios diversos, pode livremente deliberar quanto aos quinhões que aceita e aos que renuncia."

Na lição de Mauro Antonini^[1]:

"O artigo principia por estabelecer não ser possível parcial aceitação ou renúncia à herança. Do contrário, o herdeiro só aceitaria o ativo ou, então, renunciaria ao passivo, subvertendo o princípio de que herda o patrimônio do de cujus, incluindo o ativo e o passivo."

Sob o argumento de que o herdeiro não pode renunciar em parte a herança, pretende a recorrente aproveitar o mencionado termo de renúncia para que o mesmo passe a incidir também sobre o bem sobrepartilhado posteriormente.

Foi o que constou do ato notarial levado a registro: "Os herdeiros ascendentes, Francisco Leonardo e Maria Ângela Leonardo, RENUNCIARAM à herança de seu filho, o falecido Valdemir Aparecido Leonardo, cf. termo de renúncia que integra à carta de adjudicação extraída do processo nº 1057/06 que tramitou pelo Juízo de Direito da Vara da Família e das Sucessões desta comarca. Sendo a renúncia à herança irrevogável, desnecessária o comparecimento desses herdeiros neste instrumento de sobrepartilha" (fls. 15/21).

Ocorre que, por lógica, o alcance do referido art. 1.808, do Código Civil, destina-se apenas ao herdeiro que conhece o que está aceitando/recusando.

Não se pode admitir, à evidência, que o herdeiro renuncie a patrimônio do qual sequer tinha notícia no momento da renúncia.

Essa é a conclusão a que se chega, também, a partir do art. 1.793, §1º, do Código Civil, que estabelece que a cessão feita pelo herdeiro não alcança os direitos que eventualmente lhe sejam atribuídos, no futuro, em virtude de substituição ou de direito de acrescer.

Em suma, descobrindo-se após o encerramento do arrolamento de bens a existência de novo bem do falecido, não se pode estender a renúncia antecedente a este bem sobre o qual os renunciantes não tinham conhecimento.

Nesta ordem de ideias, não há como se ultrapassar o óbice registral que negou o acesso ao fôlio real da escritura pública de sobrepartilha, exigindo-se renúncia expressa sobre o imóvel matriculado sob o n.º 71.176.

Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimento à apelação.

FERNANDO ANTONIO TORRES
GARCIA
Corregedor Geral da Justiça
Relator
Assinatura Eletrônica

^[1] Código Civil Comentado, Coordenador Ministro Cezar Peluso, 11ª edição, 2017, pág. 2102.

Antecipação na doação em vida de bens a herdeiros é destaque na imprensa paulista

Cartórios de notas registraram crescimento de 22% na doação de bens desde a aprovação da PEC na Câmara dos Deputados. Tema foi abordado em matérias nos principais veículos de comunicação do país

A preocupação com os impactos da Reforma Tributária que tramita no Congresso Nacional tem feito com que muitos brasileiros comecem a planejar antecipadamente o que fazer com seus bens, optando pela doação em vida aos herdeiros ao invés de aguardar a realização do inventário. A razão é a previsão de aumento progressivo da alíquota de imposto pago ao Governo de acordo com o patrimônio envolvido, que fez crescer em 22% o número de doações desde que o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados, em julho deste ano.

Dados do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os 8.344 Cartórios de notas do Brasil, presentes em todos os municípios brasileiros, apontam que o número de doações passou de uma média mensal de 11,6 mil em 2022 para mais de 14,2 mil atos realizados em agosto deste ano, logo após aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Em números absolutos também se verifica um aumento de doações nos meses de julho (13.188) e agosto (14.295) deste ano em relação aos meses anteriores à aprovação da PEC,

quando a média de atos de doação foi de 11.114 escrituras solicitadas.

“A via extrajudicial no planejamento sucessório, que inclui a doação em vida e o inventário extrajudicial, apresenta vantagens significativas, como economia de tempo e redução de custos”, explica a presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP), Daniel Paes de Almeida. “Os tabeliães desempenham um papel crucial, oferecendo orientação legal, preparando documentos adequados, mediando conflitos e garantindo a eficiência do processo. Isso proporciona privacidade, flexibilidade e menos burocracia, além de reduzir conflitos familiares. Em resumo, a via extrajudicial, com a ajuda de tabeliães, simplifica o planejamento sucessório de forma econômica e eficaz”, diz.

O material repercutiu Brasil afora, com publicações no portal Terra, UOL, O Tempo, Correio Braziliense, Rádio Itatiaia, Diário de Pernambuco, entre outros. No estado de São Paulo, a reportagem teve espaço no site Migalhas e em jornais na TV Record Litoral (contando com entrevista do presidente do CNB/SP), EPTV Campinas e TV Cultura.

AGENTES DA DESBUROCRATIZAÇÃO

O 1º Tabelião de Notas de Santo André, Thomas Nosch, ministrou uma palestra sobre o poder dos cartórios na desburocratização e na eficiência econômica de um município. O evento foi realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santo André e engloba a primeira ação do OABQualifica, um programa que visa a qualificação de advogados da região.

Para Nosch, os tabelionatos têm o dever de garantir os direitos a vida da população. “A aproximação do direito notarial com a municipalidade é essencial. É momento do notariado andreense crescer, demonstrar nossa capacidade. Não temos que ir para outra cidade lavrar escritura, as outras cidades têm que vir lavrar aqui”, disse.



A matéria foi veiculada no Diário do Grande ABC, dando destaque para a tarefa dos cartórios extrajudiciais ou tabelionatos de notas, que “têm função de garantir autenticidade e segurança para a população quando recorrem a atos jurídicos, como por exemplo, lavrar escrituras de imóveis, reconhecer firmas e autenticação de documentos”.

MÍDIAS SOCIAIS

Enquanto isso, as plataformas digitais do CNB/SP continuam em constante ascensão e ganhando visibilidade. O Instagram da associação conta agora com aproximadamente 74 mil seguidores. A publicação com maior audiência no mês de novembro alcançou mais de 35 mil pessoas. Foram 1,7 mil curtidas ao todo.






Já na segunda maior plataforma da associação, o Facebook, o post com maior interação foi uma arte sobre regime de bens na união estável, que chegou a mais de 3,5 mil internautas. Até o fechamento desta edição, o Facebook da associação possuía aproximadamente 87 mil seguidores, o Twitter 1,64 mil e o LinkedIn, outra ferramenta que tem crescido exponencialmente, tem agora 14,7 mil.



Por fim, o podcast quinzenal do CNB/SP, lançado em julho de 2020, possui 19 episódios e conta com mais de 900 seguidores. Ao todo são mais de 7 mil plays por meio dos melhores agregadores de podcast: Spotify, Deezer e Apple Music.

1. TV Record Litoral
2. TV Record Litoral
3. Diário do Grande ABC

Siga-nos nas redes sociais:

-  /colegionotarialdobrasilsp
-  @cnbsp
-  @CNBSP_oficial
-  colegionotarialdobrasilsp
-  Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo



DIGITALIZE O ATENDIMENTO DA SUA SERVENTIA

CONSTRUA SEU CARTÓRIO DIGITAL!

Transformamos a experiência de atendimento ao seu cliente ao unir a sofisticação do e-commerce com a praticidade do internet banking. Além disso, proporcionamos eficiência à sua equipe ao centralizarmos a comunicação por e-mail e WhatsApp pessoal em nossa plataforma profissional de relacionamento com o cliente. Oferecemos uma solução completa para o tabelião gerenciar os indicadores do tabelionato. Seu cartório merece a inovação que entregamos.

(11) 97347-1728
www.inovacartorios.com.br
contato@inovacartorios.com.br



FALE CONOSCO





Mel: ouro líquido ou manjar dos deuses?

Apicultor do interior paulista detalha como a produção da iguaria afeta bem-estar da população e a economia local; tabeliã de Botucatu relata como o produto está presente no dia a dia da cidade



o zunido de uma abelha representa o terror de uns e a alegria de outros. Apesar de pequenos, estes insetos fazem parte de um grupo crucial para a preservação da biodiversidade e da agricultura do planeta: os polinizadores. Sem eles, 75% das espécimes de plantas cultivadas no Brasil para alimentação estariam ameaçadas, de acordo com o Relatório Temático sobre Polinização, Polinizadores e Produção de Alimentos no Brasil, da Rede Brasileira de Interações Planta-Polinizador (REBIPP).

Ainda segundo o relatório, o grupo que mais contribui para a polinização destas plantas é o das abelhas, contemplando cerca de 48% do total de espécies identificadas como visitantes de cultivos vinculados à alimentação humana. As abelhas se diferenciam dos demais polinizadores, também, por possuírem espécies capazes de produzir mel, um líquido viscoso muito apreciado na culinária. De tão apreciado, formou-se na história da humanidade uma agricultura voltada exclusivamente para o mel, a apicultura.

“A apicultura é a criação das abelhas *Apis Mellifera*. No Brasil, a gente tem um organismo que a gente chama de um poli híbrido africanizado. É o cruzamento de várias raças que foram trazidas aqui para o país, na verdade para todo o continente americano, e que cruzaram com uma raça que é proveniente da África”, explicou o apicultor e engenheiro agrônomo, Maurice Scaloppi. Ele se especializou no ramo no Brasil e no exterior e fundou a DonaBeia em Botucatu.

Botucatu é a cidade do interior paulista cujo valor da produção de mel é o maior do estado, que chegou a R\$ 9.113 em 2022, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de ter nascido nos Estados Unidos, Maurice foi criado em Botucatu, e após concluir suas graduações e especializações, voltou à cidade para criar seu próprio apiário.

“Botucatu tem uma condição ambiental muito favorável para a produção de mel em função das extensas florestas plantadas de eucalipto aqui. Matas nativas, a gente está numa transição de cerrado e mata atlântica, que a gente chama de ecótono. A gente tem a presença desses dois biomas, que torna uma região muito rica em termos de diversidade de flora. E, atualmente, a gente tem a presença de muitos pomares de cítricos, de laranja principalmente. Compõe o que a gente chama de pasto apícola muito favorável para o desenvolvimento da apicultura”, Maurice detalhou.

“Botucatu está inserida no chamado Polo Cuesta que conta com outras cidades que possuem como característica em comum a natureza abundante e turismo ecológico”, complementou a 2ª Tabeliã de Notas e Protesto de Botucatu, Ariana Garcia Rocha. A tabeliã é mineira e se mudou para São Paulo assim que passou no 7º concurso em 2011. Ariana prestou ainda o 9º e 10º concursos, e resolveu se estabelecer na comarca de Botucatu, onde já atua a 6 anos: “Sempre passava por aqui e ouvia alguns colegas falarem muito bem da cidade. Botucatu é uma muito agradável, conhecida como a cidade ‘dos bons ares’, clima ameno, de uma população orgulhosa da cidade e que segue um estilo de vida bem saudável e consciente”.

Além do clima e biomas favoráveis para o desenvolvimento da apicultura, a região também conta com associações de criadores de abelhas, que incentivam a

troca de experiências entre os profissionais e facilitam a aquisição de matérias-primas e insumos essenciais para a atividade. Mel é alimento, mas também é cultura e ecologia:

“A gente também tem um projeto de educação ambiental aqui na cidade, principalmente com crianças, que a gente usa as abelhas nativas sem ferrão para esse trabalho. Então, a gente atende algumas ONGs que trabalham com crianças e oferecem esse trabalho voluntariamente utilizando as abelhas sem ferrão”, Maurice incluiu como parte de seu trabalho na Dona Beia, além da tradicional comercialização de mel e extrato de própolis. O apicultor tem planos de integrar estas abelhas sem ferrão na produção de mel no futuro.

“O Brasil tem a maior diversidade de abelhas sem ferrão do mundo. Esse número muda anualmente conforme as espécies vão sendo descritas, mas com segurança pelo menos 250 espécies a gente tem no país. E, aqui no estado de São Paulo, mais ou menos umas 80. E 20 delas a gente consegue manejar de forma racional”, comentou Maurice acerca destas abelhas sem ferrão.

Ele acredita que estas espécies sejam ideais para difundir a atividade entre a população. “Permite que sejam criadas sem um protocolo rigoroso de segurança que a gente tem com as abelhas africanizadas. Essa é a bandeira que a gente levanta, abelha sem ferrão para educação ambiental. E para ser uma fonte de atividade secundária, complementação de renda das populações da região aqui. Não só rurais, mas também urbanas periféricas, que tem contato com uma vegetação próxima de suas casas”.

“As crianças fazem visitas nos produtores, a faculdade da Unesp tem disciplina e estudos dedicados à apicultura, formas de cultivos são pensadas para não afetarem na

contaminação ambiental e em consequência atingirem as abelhas”, a 2ª Tabeliã de Botucatu revelou o quanto o mel faz parte do dia a dia do botucatuense. “Enfim, é uma produção de qualidade em todos os sentidos. O mel aqui produzido é muito gostoso, vale a pena experimentar”.

Maurice enfrenta desafios sendo apicultor no Brasil, um deles sendo a mortalidade de abelhas por conta da pulverização de agrotóxicos sobre plantações próximas às colmeias: “A gente já teve perda de abelha por agrotóxico, embora seja difícil o processo de você conseguir comprovar que realmente foi a molécula que causou a morte. São análises caras, são poucos laboratórios que fazem. A gente tem o respaldo da Secretaria de Agricultura do Estado, mas tem muito trabalho a ser feito ainda”.

Mas, para Maurice, uma das maiores dificuldades que encontra hoje reside no baixo consumo do mel em território nacional se comparado a demais países. “O uso do mel é muito pequeno pelo brasileiro, em comparação com outros locais do mundo, como a Europa, por exemplo. Talvez por conta da nossa formação histórica canavieira, da gente ter a tendência de usar o açúcar, da cana de açúcar, para adoçar diversos produtos” ele lamentou.

Por conta disso, o profissional fez de sua missão difundir a apicultura o uso do mel. “É um alimento que também tem propriedades terapêuticas. A gente defende essa bandeira de que o mel pode ser consumido diariamente. É um alimento muito rico, uma fonte de carboidrato muito saudável. É um produto que a gente gostaria muito de que fosse disponível na mesa de toda a família brasileira”, concluiu Maurice, ressaltando a prática de preços acessíveis para o mercado nacional e uma produção focada no bem-estar destes animais que tanto trazem benefícios ao planeta e aos humanos.

Comece o ano novo na paz com estes 5 destinos turísticos

O período de recesso de final de ano representa a alta temporada do turismo, por isso separamos alguns destinos que devem entrar no roteiro dos turistas que preferem sossego e paz

Com a proximidade das festividades de final do ano, chega também o período de recesso escolar, o que faz muitas pessoas planejarem suas férias ao redor da disponibilidade dos filhos. Em consequência, aquelas datas que costumam ser as mais festivas acabam sendo também as mais concorridas. Isso significa trânsito, filas, lotação e stress nos destinos mais populares.

Mas nem tudo está arruinado para aqueles que já marcaram as férias do fim do ano e preferem fugir do agito. Existem destinos turísticos menos conhecidos que as badaladas cidades litorâneas, e o melhor, a poucos quilômetros de São Paulo. Abaixo, descubra 5 destinos dentro de um raio de até 500 km da capital paulista para quem quer passar o fim de ano na tranquilidade.



PARQUE PETAR (SP)

A sigla PETAR vem de Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Localizado quase na divisa entre São Paulo e Paraná, entre as cidades de Iporanga e Apiaí, o parque é considerado uma das Unidades de Conservação mais importantes do mundo. A maior porção de Mata Atlântica preservada do Brasil está ali, e o parque conta com mais de 350 cavernas.

Além das impressionantes cavernas, os visitantes podem se aventurar por trilhas dos mais variados graus de dificuldade, tomar banho de cachoeira e praticar esportes radicais, como canoagem e rapel. Existem no parque Quatro Núcleos de Visitação, todos com a finalidade de facilitar o controle dos visitantes e de proteger o patrimônio. As visitas precisam ser agendadas e o acompanhamento de um guia é obrigatório.

Distância da capital: 320km

GONÇALVES (MG)

Localizada na Serra da Mantiqueira, a pequena cidade de Gonçalves é o refúgio perfeito para quem quer fugir da correria do final do ano e aproveitar um belíssimo cenário montanhoso. A cadeia de montanhas se estende por três estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Se a vista exuberante ainda não é suficiente para valer a viagem, Gonçalves ainda conta com inúmeras cachoeiras relativamente próximas ao centro da cidade e com a típica culinária mineira. Ainda é possível sair de lá com várias compotas, geleias e temperos produzidos artesanalmente.

Distância da capital: 220km





BROTAS (SP)

O ecoturismo é o destaque de Brotas, cidade do interior de São Paulo, um turismo com foco em trilhas, arborismo, esportes de aventura e várias atividades praticadas junto à natureza, que visa preservar a vegetação local e ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o município.

Seu maior patrimônio natural consiste no relevo suave, na formação das “Cuestas Basálticas”, e de seu grande manancial hídrico, destacando-se o rio Jacaré Pepira, um dos poucos rios completamente límpidos do estado. Outro exemplo de beleza natural hídrica é a nascente Areia que Canta, que de tão cristalina e preservada, virou cartão postal de Brotas. Devido ao seu grande volume de brotação de água, alagou uma extensa área que, ao passar dos séculos, movimentou grãos de quartzo até formar uma areia fina e pura. Essa areia, ao ser manuseada, emite um som semelhante a uma cuíca, daí o nome Areia que Canta.

Distância da capital: 260km

CUNHA (SP)

Situada entre as serras da Bocaina e do Mar, na divisa entre São Paulo e o Rio de Janeiro, a cidade de Cunha está a pouco quilômetros de Paraty, destino muito requisitado no fim de ano. Apesar da proximidade do litoral, Cunha é solução para quem quer viajar na alta temporada, mas desfrutar de paz e tranquilidade.

É possível realizar trilhas dentro do Parque Estadual Serra do Mar (Núcleo Cunha), visitar algumas cachoeiras (Laje, Ipiranguinha, Mato Limpo e Desterro) e subir a Pedra da Macela, um morro de 1840 metros de altitude de onde é possível avistar Paraty, Ilha Grande e Angra dos Reis. Um dos maiores atrativos turísticos atuais da cidade, no entanto, é o lavandário. São 40 mil pés de *Lavandula dentata* (lavanda francesa) plantados em um campo com vista para as montanhas. Lá, é possível desfrutar de um café da tarde e saborear sorvetes florais. Outros destaques de Cunha são as cerâmicas artesanais na técnica japonesa Noborigama, gastronomia com ingredientes frescos locais e visitação a plantações de oliveiras.

Distância da capital: 225km



DELFINÓPOLIS (MG)

Para os amantes de cachoeiras, Delfinópolis é o destino ideal. Localizada dentro do parque nacional da Serra da Canastra, a cidade conta com 150 quedas d'água, muitas delas próximas ao centro. Apesar do acesso meio complicado (por balsa ou por estrada de terra), Delfinópolis é uma alternativa para quem quer aproveitar as belezas da Serra da Canastra sem ter que enfrentar o tumulto da Capitólio, destino mineiro muito concorrido.

Dentre os passeios mais populares estão o Complexo do Claro, que possui 5 cachoeiras; e o Vale da Gurita, onde estão localizados o complexo Maria Concebida e a Cachoeira do Ouro. Lá, turistas podem desfrutar de refrescantes banhos de água doce em águas cristalinas, e algumas até mornas (30°C). Para acompanhar estes paraísos naturais, o que é melhor que uma deliciosa refeição preparada no fogão à lenha? Delfinópolis têm várias opções de restaurantes e cafés que servem culinária mineira, inclusive nas áreas rurais, onde as cachoeiras estão localizadas.

Distância da capital: 420km

Inovação e segurança

Tabelionato de Piratininga muda para novo prédio com foco na capacitação dos colaboradores, necessidade dos clientes e inovação tecnológica

Desde 1997 Alexandre Alves Costa flerta com a atividade notarial. Ainda que não atuasse nessa especialidade, começou a se preparar para concursos públicos enquanto atuava como escrevente do Oficial de Registro de Imóveis de Ibitinga/SP. Chegou a ser aprovado no 6º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, mas foi somente no 7º Concurso que fez a escolha pela serventia em que até hoje é titular, o Tabelionato de Notas e Protestos de Letras e Títulos de Piratininga/SP.

A opção pelo cartório não foi das mais difíceis, afinal, a cidade natal onde reside boa parte da família de Alexandre (Ibitinga) fica a apenas 110 km de Piratininga. “A proximidade com uma cidade de médio porte, Bauru/SP, onde temos acesso a várias opções de lazer e cultura também pesou na escolha. Mas principalmente por ser a serventia em uma cidade pequena, tranquila e com enorme potencial de crescimento no setor imobiliário, o que se confirmou ao longo dos anos após a minha escolha, com muitos loteamentos aprovados e já consolidados desde então”, revelou o titular ao *Jornal do Notário*.

O Tabelionato de Piratininga conta atualmente com quatro colaboradores e um estagiário que atendem uma média de 40 pessoas por dia; a equipe é constantemente incentivada a participar de cursos de capacitação

No entanto, logo que tomou posse Alexandre se deparou com um desafio: sucateamento. “Já nos primeiros meses informatizei todo o cartório, a princípio pelo tabelionato de protestos e na sequência o tabelionato de notas; balcão de firmas e autenticações passou a ser inteiramente informatizado, e ao longo dos anos passamos a utilizar identificação fotográfica e biométrica para maior segurança, tanto do tabelionato como dos usuários”, contou.

Atualmente, o Tabelionato de Piratininga conta com quatro colaboradores e um estagiário que atendem uma média de 40 pessoas por dia. A equipe é constantemente incentivada a participar de cursos de capacitação,



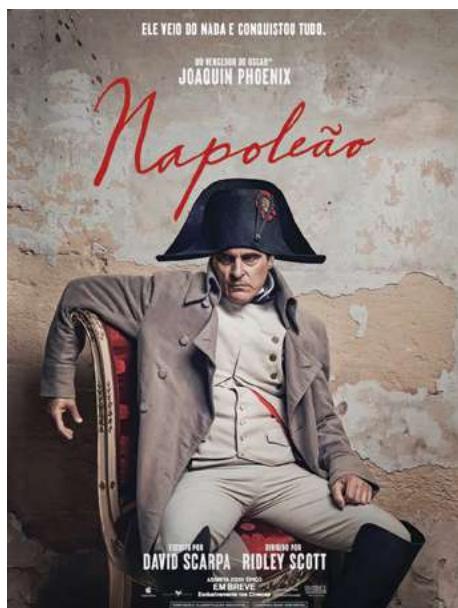
inclusive graduação em Direito; além disso o tabelião costuma realizar reuniões para debater temáticas práticas das atividades praticadas no cartório como, por exemplo, as transformações e adaptações tecnológicas trazidas pela pandemia que vieram para ficar.

“Desde a promulgação do Provimento CNJ nº 100/2020 iniciamos nosso cadastramento junto à plataforma e-Notariado e atualmente atendemos com bastante frequência usuários a distância, dentro dos vários módulos disponíveis. Inclusive efetuamos mais de trezentos e cinquenta atos digitais, entre escrituras e procurações, através da plataforma”, relatou Alexandre Alves Costa.

Uma conquista recente do notário foi a mudança de sede do tabelionato para um prédio novo e amplo que foi projetado especialmente para o funcionamento da serventia. “Buscamos com isso oferecer maior conforto e acessibilidade aos clientes, usuários e colaboradores, além de segurança ao acervo quase centenário do cartório. Para o futuro, nossa meta é a busca constante pela excelência na prestação dos serviços, capacitação dos colaboradores, sempre atentos às inovações tecnológicas e alterações legislativas, com especial foco nas necessidades dos clientes e usuários que nos procuram diariamente”, almeja o titular.



Filme



Napoleão

Dirigido por Ridley Scott, o filme é um olhar original e pessoal sobre as origens de Napoleão Bonaparte (Joaquin Phoenix) e sua rápida e implacável ascensão a imperador, visto através do prisma de seu relacionamento visceral e muitas vezes volátil com sua esposa e verdadeiro amor, Josephine (Vanessa Kirby). Era no calor da batalha que a mente talentosa de Napoleão como estrategista militar brilhava mais e ao mesmo tempo ele travava uma outra guerra: uma cruzada romântica com sua esposa adúltera. Vindo do nada, como um oficial de artilharia do exército francês, o longa retrata sua jornada, até ser derrotado e exilado na ilha de Santa Helena. Conquistando o mundo para tentar conquistar o amor dela, suas táticas lhe renderam uma forte reputação e foi preciso sete coalizões de potências diferentes para derrotá-lo. No entanto, quando não consegue conquistar seu amor, ele tenta destruí-la - e destrói a si mesmo no processo.

Gênero: cinebiografia, histórico, aventura, guerra

País/ano: Reino Unido, EUA / 2023

Direção: Ridley Scott

Em cartaz: no cinema

Classificação: 16 anos

Ciência pouca é bobagem

Por que a psicanálise não é pseudociência

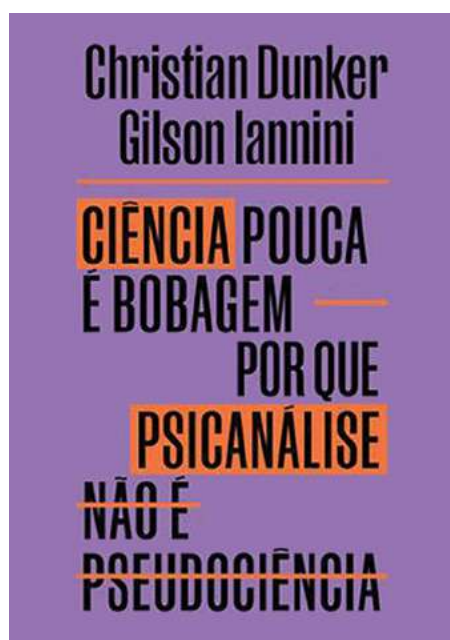
Em tempos de "soluções mágicas" de todo tipo, e também de respostas levianas contra essas soluções, os psicanalistas Christian Dunker e Gilson Iannini propõem outro movimento: analisar, com o cuidado que a discussão exige, a complexa relação da psicanálise com a ciência, uma relação que é tão antiga quanto a própria psicanálise. Os autores dialogam com críticos contundentes da psicanálise, como Wittgenstein, Popper e Grünbaum, e também combatem os ataques infundados que ela vem sofrendo nos últimos anos, explicitando a diferença entre esses dois tipos de contestação do campo. Lançando mão de abordagens variadas – desde reflexões sobre o fazer psicanalítico emprestadas de textos de Freud e Lacan, posicionamentos históricos de defesa da prática da psicanálise até descrições de experimentos randomizados com duplo-cego e placebo –, Iannini e Dunker constroem um argumento original a favor do pensamento autorreflexivo e do debate intelectual sério.

Autores: Christian Dunker, Gilson Iannini

Editora: Ubu

Ano: 2023

Páginas: 256



Livro

Exposição



Pequenas Áfricas O Rio que o samba inventou

Pequenas Áfricas: o Rio que o samba inventou reconstitui a cena cultural que, entre os anos 1910 e 1940, produziu e consolidou o samba urbano tal qual ficou conhecido no Brasil e no mundo. Foi Heitor dos Prazeres quem viu uma "África em miniatura" na comunidade afrodescendente que, instalada à margem do Rio de Janeiro branco e europeizado, produziu uma das mais decisivas revoluções estéticas do século 20. Por meio de gravações, obras, documentos e objetos dos acervos do IMS e de outras instituições, a exposição mostra ainda como, para além dos aspectos históricos, a complexa rede de solidariedade, espiritualidade e música formada naquele momento se espalha pela produção contemporânea, das escolas de samba e dos blocos, dos terreiros e dos quintais.

Quando: 28 de outubro de 2023 a 21 de abril de 2024

Local: Avenida Paulista, 2424

Entrada: gratuita

Classificação: livre



Clube de
Vantagens

Associados ao CNB/SP têm
ainda mais benefícios.

É muito fácil participar!

Descontos exclusivos em:



Materiais
para escritório



Passagens aéreas



Hotéis



Educação



Entretenimento

E muito mais!

Participe gratuitamente do
Clube de Vantagens do CNB/SP!

Para se cadastrar basta acessar
www.cnbsp.org.br/clubedevantagens.

OS DESCONTOS SE APLICAM A TODOS OS
FUNCIONÁRIOS DOS CARTÓRIOS ASSOCIADOS.

Compartilhe essa ideia em seu mural informativo, **beneficie sua equipe!**